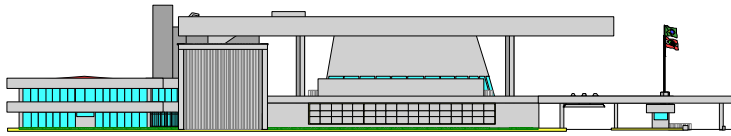


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 29 DE JUNHO DE 2007

NÚMERO 5.743

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Cesar Souza Júnior.

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Sônia V. Carvalho
Bernardes

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1760
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 048ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 26/06/20072
Ata da 015ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 26/06/200710
Ata da 016ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 26/06/200710
Ata da 012ª Sessão Solene da
16ª realizada em 26/06/2007 às
19h21

Atos da Mesa

Atos da Mesa26

Publicações Diversas

Redações Finais28

PLENÁRIO

ATA DA 048ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Aborda as audiências públicas do Orçamento Regionalizado; alude aos problemas por que passa o Senado Federal.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Registra o falecimento de Ivaldel Adonis Macedo e de José Carlos Pisani.

DEPUTADO JORGINHO MELLO (aparte) - Aborda o falecimento de José Carlos Pisani.

DEPUTADO RENATO HINNIG (aparte) - Comenta o falecimento de José Carlos Pisani.

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Registra o falecimento de José Carlos Pisani; comenta o congresso internacional sobre o Papel dos Combustíveis Fósseis na Sustentabilidade e Segurança Energética, em Brasília; refere-se ao Pedido de Informação n. 0097/2007, de sua autoria, que pede informações sobre a Casan.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Refere-se ao pedido de informação do deputado Clésio Salvaro sobre a Casan.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Reporta-se à visita que busca novos mercados para a carne de Santa Catarina.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Comenta a busca de novos mercados para a carne de Santa Catarina.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta solidariedade aos dirigentes do Sintrasm e comenta demissões de servidores no estado.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Aborda portaria do governo do estado sobre os secretários regionais.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Comenta a portaria do governo do estado sobre os secretários regionais; aborda o falecimento de Caio Pisani; refere-se à homenagem à Cidasc pela conquista do selo de estado livre de febre aftosa sem vacinação.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Aborda a necessidade de revisão do pacto federativo.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Rebate colocações do deputado Kennedy Nunes acerca de repasse de recursos para a Festa do Pinhão, em Lages.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Parabeniza o deputado Elizeu Mattos pelo pronunciamento.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Refere-se ao repasse dos recursos do art. 170.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Comenta o repasse dos recursos do art. 170.

Ordem do Dia

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra o Dia Internacional de Combate ao Uso de Drogas.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Parabeniza o deputado Darci de Matos pelo projeto que cria a Semana de Prevenção e Combate à Doença Renal.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Parabeniza o deputado Darci de Matos pelo projeto que cria a Semana de Prevenção e Combate à Doença Renal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente para os srs. deputados.

Em nome de seu presidente, sr. Charles Pires, a Assembléia Legislativa registra a visita dos membros e da direção do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Florianópolis.

(Manifestação das galerias.)

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrita para falar a sra. deputada Odete de Jesus, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, srs. integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos assistem, platéia que nos honra com a sua presença, imprensa falada escrita e televisada, estivemos, juntamente com o presidente da nossa comissão de Finanças e Tributação, deputado Jorginho Mello, e com os deputados Antônio Aguiar, Ana Paula Lima, Serafim Venzon, Dagomar Carneiro, Dirceu Dresch, Sargento Amauri Soares, Ada De Luca, José Natal, Sílvio Dreveck e Professor Grandão nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado. E muitos deputados, sr. presidente, estiveram conosco apoiando as iniciativas da população, das entidades organizadas, assim como tivemos a participação do Ministério Público, de professores, de diretores de escola, de prefeitos, vice-prefeitos, presidentes de Câmaras de Vereadores, enfim, de muitas autoridades.

Então, sr. presidente, essas audiências públicas foram de suma importância, e esta Casa se fez representar muito bem e v.exa. está de parabéns. As nossas taquígrafas estavam lá trabalhando, inclusive, após as audiências públicas nós já acessávamos o site da Assembléia Legislativa, deputada Ana Paula Lima, e já tínhamos ali os últimos informes com muita precisão. Portanto, não temos como dizer que esta Casa não funciona. Funciona e funciona muito bem! A TVAL e a Rádio AleSc Digital estavam sempre cobrindo as atividades e dando todas as informações.

Nós estivemos em várias regionais: em São Miguel d'Oeste, na segunda-feira; depois em Chapecó, em Joaçaba, em Lages, em Joinville, em Blumenau, em São José, em Criciúma e estaremos na quinta-feira em Rio do Sul. E graças a Deus, eu não faltei em nenhuma das audiências públicas e quero, se tiver condições, participar também na quinta-feira.

Srs. deputados, vários assuntos foram abordados pela população. E nós tivemos o pedido de construção e de recuperação de hospitais. E fiz o pedido para construção de uma unidade hospitalar para queimados na Grande Florianópolis, para o qual tive o apoio dos colegas parlamentares. Tivemos muitas solicitações sobre escolas públicas, pedindo construções, ampliações, material didático, escolas profissionalizantes. A população também reivindicou a melhoria do sistema viário e isso foi muito salientado.

Srs. deputados, solicitei também uma medida urgente para desafogar o trânsito, que está com esse congestionamento intenso, com a viabilização de um transporte marítimo, que é o modo mais rápido, barato e mais preciso para usarmos essa maravilha que Deus nos deu, que é o mar.

Vamos continuar falando, sr. presidente, porque afinal de contas somos representantes do povo, fomos eleitos pela população catarinense. E é nosso papel representá-lo sem timidez, encarar os problemas de frente e levar bem-estar para a população, porque estamos aqui como porta-vozes da população necessitada, carente, desassistida, daquelas pessoas que precisam de uma internação em um hospital e que não podem ficar esperando em uma fila à mercê da sorte.

Então, precisamos - e é para ontem - da construção de novos hospitais. E na Grande Florianópolis, o Hospital Regional São José está uma calamidade; precisamos imediatamente ampliá-lo, ter maior número de leitos, material cirúrgico, de enfermagem e assim por diante. O nosso papel é defender o desassistido, a pessoa trabalhadora, que precisa ser bem atendida nos órgãos públicos. Esse é o nosso papel fundamental, e é da nossa responsabilidade. Nós não podemos ficar escondidos deixando que a população sofra; temos que trazer o bem-estar para a população, como escolas bem equipadas, porque sabemos que no interior, em alguns municípios, as nossas crianças em idade escolar estão recebendo suas aulas em pavilhões de igreja.

Então, nós precisamos imediatamente restaurar essas escolas e equipá-las com materiais didáticos, pedagógicos e assim por diante. Precisamos assistir a população com aquilo que tem direito, ou seja, saúde de qualidade. O nosso papel é trazer qualidade de vida para a população, para as nossas crianças.

Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, folheio sempre a revista *Veja* e observo os temas mais importantes; sobre alguns assuntos faço uma leitura mais rápida, mas há aqueles que leio com atenção. E o que estamos lendo nos jornais, nas revistas e assistindo nos veículos de comunicação é que o problema da área política está-se agravando. É um problema sobre o qual nós, desta Casa, não podemos ficar omissos porque afinal de contas estamos envolvidos nessa área. Sou professora, sou da área da educação, mas também estou aqui representando a população catarinense. Sou um grãozinho de areia neste mundão de Brasil, e o que temos que trazer aqui para debate com os srs. líderes desta Casa é o problema do Senado. Não podemos fazer de conta que não está acontecendo nada, porque está acontecendo e temos que debater este problema nesta Casa. Não podemos de maneira alguma ficar omissos. Vou voltar a falar amanhã sobre este assunto no horário reservado ao meu partido.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência registra com satisfação a visita do prefeito de São Ludgero, Ademir Gesing.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, imprensa, visitantes, funcionários municipais que nos honram com sua presença. Ainda há pouco o meu amigo, deputado Dagomar Carneiro, perguntava se eu tinha notícia triste e, infelizmente, tenho duas.

Na semana passada, faleceu na minha terra Ivandel Adonis Macedo. Ele foi o grande homem que criou no Brasil, começando pela minha terra, Santa Catarina, a chamada feira do terneiro. Em 1973 foi presidente da Cooperativa dos Produtores Rurais da nossa região e iniciou uma experiência no Brasil, que foi a comercialização do terneiro precoce, quando começou a se produzir o famoso *baby beef*, hoje conhecido no Brasil inteiro. Deve-se muito a Ivandel Macedo, que lamentavelmente há poucos dias faleceu.

A outra notícia não é só triste para a minha região nem para Santa Catarina, mas para todo o Brasil. Porque também na quinta-feira à noite faleceu em um acidente de automóvel na Cordilheira dos Andes, no Chile, o grande catarinense José Carlos Pisani, o Caio Pisani, diretor presidente do Grupo Imaribó, que tem uma unidade no município de Monte Carlo; uma unidade no município de Campos Novos, na localidade de Ibicuí; uma unidade no município de Frei Rogério, próximo à minha cidade; uma unidade no Paraná e uma unidade em São Paulo.

Deputado José Natal, todo o saco de cimento Votorantin que é vendido é fabricado no município de Campos Novos, na empresa de Caio Pisani. Infelizmente, ele faleceu em um acidente. Aqui vários deputados desfrutaram da amizade deste grande brasileiro. Um homem simples, um homem economicamente abastado, por circunstâncias, pelo trabalho de uma família tradicional em nível de país, dona de uma dessas grandes empresas de reflorestamento, de celulose. Além disso, era um homem dos mais comuns que eu conhecia, pois era um homem simples. E eu invoco aqui o testemunho do meu prezado amigo, soldado Garcia, que aqui está, que também privou da amizade de José Carlos Pisani, o nosso querido Caio Pisani.

Eu, juntamente com outros deputados, com os deputados federais, de modo especial o deputado Gervásio Silva, o deputado Abelardo Lupion, do Paraná, os deputados Jorginho Mello, Lício Silveira, Romildo Titon e outros deputados, estivemos em Curitiba no sepultamento dessa figura extraordinária.

Natural de Tangará, ajudou várias indústrias e várias empresas de Santa Catarina a se desenvolver, deputado Jorginho Mello, v.exa. que também privava da amizade do nosso querido Caio. Mas quiseram a vida e o destino levar o Caio para perto do Criador.

É claro que nós, seus amigos, não só a classe política, mas, principalmente, os empresários, vamos sentir muito a falta deste homem, dos seus conselhos. Deputado José Natal, qualquer assunto ele entendia. Ele era economista e engenheiro, um homem, com eu disse, vou aqui repetir, para deixar bem claro, de uma simplicidade fora do comum. Quando nós precisávamos de alguma locomoção rápida para ir a alguma audiência, e muitas vezes precisamos, passávamos a mão no telefone e ligávamos para o Caio pedindo que ele prestasse o seu avião. Imediatamente ele enviava o avião e para lá nós, deputados, nos deslocávamos para todos os recantos deste estado e deste país.

Por isso eu faço este registro e tenho certeza de que o deputado Julio Garcia, que era seu amigo, como também os deputados Clésio Salvaro, Cesar Souza Júnior, Jorginho Mello, o deputado Romildo Titon, que convivia, que tinha uma amizade maior com ele, porque era da sua terra, o deputado Antônio Ceron e tantos outros deputados que conheceram Caio Pisani estão passando por esse mesmo sofrimento que nós passamos esses dias quando recebemos a triste notícia da sua morte.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Deputado Onofre Santo Agostini, quero me associar a v.exa. nesta manifestação. Eu estive também na cidade de Curitiba neste último final de semana, onde v.exa. estava, e quero dizer que não somente o meio oeste de Santa Catarina, como o nosso estado, perdeu uma figura humana extraordinária.

Eu me lembro de uma das últimas conversas que tive com Caio. Sempre que apertava o calo na cidade de Monte Carlo, muitas vezes, pela baixa do dólar, pela dificuldade de exportação, pelo mercado, quando a diretoria colegiada pedia permissão a ele, quase que determinava - ele era o diretor presidente da empresa -, para demitir 200, 300 funcionários, ele virava um bicho. "Cortem o que quiserem cortar, mas eu não aceito que demitam nenhum funcionário, porque é um pai de família que tem compromisso, que tem filho."

Então, ele sempre foi um cidadão extraordinário, um empresário de sucesso, um empresário competente e Santa Catarina perdeu muito. Eu quero lamentar, me associar e dizer que estive lá com a dona Vera, com os seus filhos.

Enfim, Deus sabe o que faz e cada um de nós tem uma missão, tem a sua trajetória e o Caio, com 60 anos, cumpriu a missão dele aqui na terra.

Associo-me a v.exa. e o cumprimento!

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Gostaria de lembrar ainda, deputado Jorginho Mello, que no dia 1º de maio, em todos esses dias, desde que eu o conheço, há mais de 40 anos, ele fazia uma festa com todos os seus funcionários. Só em Monte Carlo havia 1.200 funcionários. Além do churrasco e da festa que ele fazia, levava vários caminhões de eletrodomésticos e distribuía a todos os seus funcionários; ele dividia o lucro. E eu faço questão de frisar aqui o que o deputado Jorginho Mello testemunhou.

Quantas vezes nós assistimos à direção da Imaribo dizendo que tinha que demitir, porque estavam vivendo crise em virtude da baixa do dólar. O Caio cortava outro tipo de despesa, deixava até o seu automóvel, mas não admitia que nenhum de seus funcionários fosse demitido. E sabe, deputado José Natal, ele conhecia um por um pelo nome e tratava todos de senhor. O Joãozinho, com 30 anos, ele chamava de seu João e assim por diante.

O deputado Renato Hinnig também desfrutava da amizade do nosso prezado amigo Caio. Por isso nós, com muita tristeza, fazemos este registro da perda deste grande brasileiro que vamos sentir muita falta, como dos seus conselhos, deputada Ada De Luca. Muitas vezes os empresários da região estavam desesperados porque a crise financeira apertava e então corriam até o Caio e lá vinha um conselho de um homem experiente, que orientava um por um, para evitar que houvesse prejuízo.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Sr. deputado Onofre Santo Agostini, quero cumprimentar v.exa. por ter lembrado deste fato e dizer que Santa Catarina e a região de Tangará, Curitiba, Monte Carlo perderam efetivamente um grande homem, uma pessoa que enxergava além do seu tempo. É uma perda lamentável e nós ficamos estarrecidos com a notícia.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu agradeço a v.exa. Infelizmente, o tempo é curto, porque não deu para lermos aqui o currículo do Caio, mas os amigos sabem quem foi essa grande figura de José Carlos Pisani.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Clésio Salvaro, que tem, de acordo com o Regimento Interno, o tempo de dez minutos.

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero também me associar às palavras do deputado Onofre Santo Agostini com referência ao grande empreendedor, ao grande empresário catarinense Caio Pisani, que já foi homenageado por esta Casa, um homem que acreditou muito em Santa Catarina, um homem que acreditou muito no estado do Paraná, e o seu passamento, a sua morte vai deixar um vazio muito grande para todos aqueles que o conheceram, ou seja, os seus empregados, os seus colaboradores, enfim.

Mas eu quero falar também, nesta tarde de terça-feira, sr. presidente e srs. deputados, a respeito do congresso internacional sobre o Papel dos Combustíveis Fósseis na Sustentabilidade e Segurança Energética. Este encontro vai acontecer amanhã, no Senado federal, será patrocinado pela Associação Brasileira do Carvão Mineral, pela Eletrobrás, pela Companhia Vale do Rio Doce, pelo Senado federal e pela Câmara dos Deputados.

Com certeza, a grande maioria dos mineradores do mundo estará presente amanhã, em Brasília, para discutir essa fonte energética envolvendo o carvão mineral. Aliás, o carvão mineral faz parte da matriz energética, principalmente de Santa Catarina.

É claro que trabalhamos com o sistema interligado, é verdadeiro, deputada Ada De Luca, mas a nossa região, a região sul do estado, viveu os seus anos 60, 70, 80 e 90, e agora, também, nos anos 2000, 2007, e vai viver por muito tempo, dependendo da extração do carvão mineral. São quase três milhões de toneladas/ano desse carvão que é extraído de nossa região, que é fornecido para o grupo Tractebel e também para a indústria cimenteira, mas principalmente para a indústria Tractebel que gera energia elétrica proveniente da queima do carvão no complexo Jorge Lacerda, no município de Capivari de Baixo.

Portanto, este congresso que será realizado amanhã, em Brasília, é de uma importância fundamental para a nossa região.

Como viajo no final da tarde a Brasília e não estarei aqui no momento da Ordem do Dia, caro deputado Dagomar Carneiro, quero informar a v.exas. que tenho um pedido de informação que está protocolado nesta Casa e anteciper dizendo que estou fazendo a defesa desse pedido de informação, como também quero solicitar aos srs. deputados e as sras. deputadas que votem favoravelmente a esse nosso pedido de informação.

Trata-se do Pedido de Informação n. 0097/2007, que faz três pedidos de informação em um só.

(Passa a ler.)

"1 - Qual o organograma da Casan vigente até 31 de dezembro de 2006 e qual o ato normativo que o aprovou?"

Na verdade, este parlamentar está buscando informações através deste pedido. É o primeiro pedido de informação que estamos fazendo a esta Casa e peço o apoio dos srs. deputados e das sras. deputadas.

(Continua lendo.)

"2 - Quais as alterações eventualmente ocorridas no presente exercício de 2007 e por que dessas alterações? Qual o organograma vigente no mês em curso?"

Eu não conheço o organograma da Casan, desconheço por completo, e é uma das atribuições do Parlamento e do parlamentar conhecer a estrutura governamental. Portanto, este é o nosso segundo pedido de informação.

(Continua lendo.)

"3 - Solicita, ainda, o envio de cópia do organograma da empresa, do exercício vigente até o dia 31 de dezembro de 2006, bem como cópia do organograma vigente no mês em curso, ambos contendo os seguintes detalhamentos: nominata dos diretores; nominata dos diretores regionais; nominata dos superintendentes; nominata de administradores regionais; nominata dos membros que compõem o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal (membros titulares e suplentes); remuneração bruta de cada um dos diretores, superintendentes, diretores regionais dos conselhos fiscais, membros dos conselhos fiscal e de administração (suplentes e titulares);

"4 - Solicita, também, informações acerca do valor das diárias pagas a cada um dos ocupantes dos cargos de diretor, diretor regional, superintendente, administrador regional, membros dos Conselhos de Administração e Conselho Fiscal, nominando individualmente e especificando a quantidade concedida, mês a mês, no período de janeiro de 2005 a maio de 2007."

Este é o nosso pedido de informação que está na pauta da Ordem do Dia de hoje, sr. presidente, e não estarei aqui no momento da votação deste pedido de informação.

Por isso quero pedir, mais uma vez, aos srs. deputados e as sras. deputadas que aprovelem este pedido de informação, pois, como eu disse, uma das nossas atribuições é conhecer a estrutura do governo. Essa nós conhecemos porque aqui aprovamos a reforma administrativa. Uma outra é conhecer a estrutura das empresas de autarquias também do governo, as quais não conheço. E tenho certeza de que muitos dos srs. deputados também não conhecem a estrutura administrativa, o organograma da Casan.

A Casan até parece que é uma empresa que não pertence ao governo; a empresa parece que tem um dono! Esse nomeia os seus diretores, os seus auxiliares, os seus colaboradores e a coisa parece que está desassociada do governo do estado. Se esta empresa foi vendida, eu desconheço, até porque, por esta Casa, não houve nenhum processo de venda da Casan. As únicas ações da Casan que foram vendidas foram aqueles 20% que foram entregues para a Celesc, porque ela não conseguia honrar os compromissos do pagamento de energia elétrica.

Por isso, deputado Onofre Santo Agostini, nós estamos fazendo este pedido de informação. Eu não conheço nenhum projeto nesta Casa que permitiu a venda das ações da Celesc. V.Exa. conhece?

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Eu quero saber qual é a empresa que v.exa. está citando.

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - É a Casan. Estou falando da Casan.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Da Casan?

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Sim, é da Casan, uma empresa que fornece água, que trata a água.

Por isso estamos buscando conhecer a estrutura da Casan. Eu imagino que v.exa., que é um deputado atuante, que presta muita atenção às matérias que são aqui votadas, não tenha, não é, deputada Ada De Luca, pelo menos nesta legislatura - na legislatura passada v.exa. não estava aqui -, com certeza, visto a venda de ações da Casan. Ela pertence ao governo do estado. E eu faço questão de conhecer a estrutura, o organograma dessa empresa tão importante para todos os catarinenses.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa., deputado Clésio Salvaro, vai ter todas as informações que quer, não se preocupe.

A Casan era uma empresa falida, que hoje está como está, da qual o próprio funcionário tem orgulho do emblema que usa: Casan. V.Exa. terá todas as informações, porque ela estava falida e v.exa. sabe disto! Agora, eu acho que problemas pessoais, regionais e paroquiais não devem ser tratados assim.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Deputada Ada De Luca, v.exa. é uma das deputadas que menos pode temer sobre essas informações. Com certeza, v.exa. não vai entrar pelo cano, não, porque v.exa. fala com muita convicção de que esta empresa estava falida e que hoje está sanada, mas ninguém está falando da saúde financeira desta empresa. O que nós queremos é conhecer o organograma. Evidentemente que umas das atribuições nossas é também fiscalizar e saber os atos de politicagem que esta empresa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Herneus de Nadal, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, concluímos, na última semana, um roteiro de contato junto com os srs. deputados Moacir Sopelsa, Reno Caramori e o secretário Antônio Ceron, a convite do setor cooperativo do nosso estado, mais precisamente da Osec, da Fecoagro e também da Cooperativa Central Aurora. Missão cooperativa, comercial, que fez contatos com possíveis compradores, missão que teve a oportunidade de ouvir palestra de especialistas e de doutores na área do cooperativismo, além de inúmeros outros contatos importantes para que o nosso estado, depois de conquistar o status de região livre de vacinação, possa encontrar caminhos para estabelecer, de forma duradoura, relações comerciais que façam com que possamos desovar os estoques existentes e manter um intercâmbio que nos possibilite a valorização do nosso produtor.

Além de oferecer condições indispensáveis para o crescimento e para o desenvolvimento na pequena propriedade com a produção de suínos, procuramos a atenção e o cuidado que deve e que precisa ser dado e destinado também a todos aqueles que integram a cadeia produtiva, desde os terceirizados até a agroindústria e todos os trabalhadores que atuam nesse setor extremamente importante que movimenta a economia de nosso estado.

Além de movimentar a economia do nosso estado, é um setor que movimenta as nossas pequenas cidades, as cidades rurais e que também viabiliza o retorno mais significativo na área de impostos e contribuições às nossas prefeituras, que se transformam em ações importantes na área da saúde, educação, agropecuária e em todos os setores indispensáveis ao desenvolvimento e ao atendimento às necessidades básicas dos trabalhadores nos diversos setores.

A missão contou, sr. presidente, com a participação de inúmeros representantes de cooperativas singulares aqui do nosso estado, mas também do estado do Paraná, Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. E com certeza a sua experiência e a sua vivência no setor produtivo somaram pontos e melhoraram o aproveitamento da missão, buscando sempre alcançar o melhor resultado, resultado que procura agora, deputado Moacir Sopelsa, - e já vou ouvir v.exa., com muito prazer - mostrar à comunidade europeia que nós temos o status sanitário para comercializar com qualquer parte do mundo, mas além disso, que precisamos estabelecer uma via que equilibre a balança comercial para que, ao mesmo tempo em que transportamos alimentos, possamos importar produtos para que o equilíbrio nos permita negócios exitosos, que façam com que o nosso país, principalmente Santa Catarina, que junto com o Chile é o destaque em sanidade animal, possa ocupar o lugar a que tem direito por conta de tanto e tanto trabalho efetuado por todos, pela secretaria da Agricultura, pelo produtor e pela agroindústria.

V.Exa., como ex-secretário, tem também um papel importante dentro desse quadro.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Muito obrigado deputado Herneus de Nadal, eu quero dizer que estou inscrito, também, no horário de Explicação Pessoal para falar desse assunto. Pode ser que a minha inscrição não alcance a oportunidade e por isso quero agradecer o aparte que v.exa. me concede.

Essa foi uma viagem que precisamos deixar registrada nesta Casa, e v.exa. o está fazendo muito bem, falando da importância, do conhecimento que se adquire, dos negócios e das cooperativas também, nos países da Europa.

V.Exa. relata a oportunidade que Santa Catarina tem em buscar fatias daqueles mercados, uma vez que as informações que conseguimos dão conta que a agropecuária naqueles países poderá, a curto prazo, ter uma redução muito grande, principalmente a produção de suínos, pela dificuldade dos alimentos e pela dificuldade dos produtos que compõem as rações. As cooperativas deram esses primeiros passos.

V.Exa. lembra muito o status que Santa Catarina tem, o trabalho que o governo do estado e os governos anteriores realizaram, mas especialmente este governo, dando a oportunidade à Cidasc de reforçar o seu corpo técnico.

Amanhã, deputado Herneus de Nadal, o governador viaja com uma missão à Itália, acompanhado por um grupo de empresários que irá assinar o primeiro convênio com técnicos daquele país para começar o trabalho da comercialização dos produtos de Santa Catarina com os países da Europa.

É uma largada diferente que nós estamos dando, é uma conquista diferente que Santa Catarina conseguiu e as cooperativas têm a sua participação efetiva no atendimento ao nosso produtor com a seriedade, com o crescimento das suas indústrias e eu acredito que vão ocupar esse espaço.

Eu agradeço o aparte que v.exa. me concede e o cumprimento mais uma vez por estar, lembrando, fazendo um relatório dessa viagem, uma prestação de contas à Casa Legislativa.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - A expectativa é que o nosso país se transforme em um grande fornecedor de alimentos para o mundo inteiro e isso com certeza proporcionará mais qualidade de vida, mais expectativa de desenvolvimento em todo o nosso território.

É esse o trabalho que buscamos quando fazemos contatos com possíveis compradores, com as mais diversas partes do mundo, oferecendo os nossos produtos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputadas, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital, servidores e servidoras deste Poder Legislativo, servidores públicos municipais de Florianópolis que nos acompanham nesta sessão, demais pessoas que nos acompanham.

Gostaria, em primeiro lugar, de registrar nossa solidariedade aos dirigentes do Sintrasm, que têm sido criminalizados...

(Manifestações das galerias.)

... por dirigir o movimento reivindicativo da categoria nas últimas semanas aqui nesta capital, assim como registrar o meu irrestrito apoio a todas as demandas das categorias aqui presentes, como de resto a todas as categorias em luta...

(Manifestações das galerias.)

... por ampliação do direito.

Estive, também, acompanhando o deputado Jorginho Mello nas oito audiências públicas regionalizadas do Orçamento nas duas últimas semanas, como vários outros deputados aqui presentes, assim como estaremos, depois de amanhã, na última audiência na cidade de Rio do Sul. Embora um trabalho muito produtivo, gostaria de falar mais aqui, mas premido pelo tempo terei que deixar para outra hora e registrar que estávamos também com saudades deste plenário e da importante e necessária atividade neste Poder Legislativo.

Gostaria também de poder falar apenas de assuntos interessantes, bonitos, de coisas boas e produtivas, mas infelizmente não é essa a realidade, não há como não falar das questões que afetam os serviços públicos e os servidores do nosso estado.

Quero registrar que estão sendo demitidos, neste momento, mais 421 servidores da área da saúde, somando 661, com os 240 que foram demitidos no mês de janeiro. Servidores públicos estaduais da secretaria de estado da Saúde.

Sabemos das dificuldades e inclusive do papel que o sindicato da Saúde teve nos anos anteriores, muita discordância do que desejava a secretaria, e que a decisão do Ministério Público e do Poder Judiciário também veio contra os interesses dos trabalhadores, inclusive do serviço público.

Mas quero registrar que até agora, final de junho de 2007, seis meses depois de iniciado esse governo e depois de 661 servidores serem demitidos na secretaria da Saúde, nenhum ainda foi contratado. Foi feito o concurso público em fevereiro, mas até este momento nenhum foi contratado.

Então nós temos um desfalque na secretaria da Saúde, que já tinha dificuldades de servidores, de mais 661, com alas inteiras, com setores inteiros sendo fechados na Saúde em nosso estado. É preciso que se discuta isso aqui.

Ainda teria muito a falar sobre esse assunto, como uma servidora que está sendo demitida com oito meses de gravidez, na cidade de Joinville. É uma situação com certeza vexatória para um estado democrático de direito, que se diz um estado democrático.

Não há como não falar também da questão salarial da nossa categoria. Os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, a base da Polícia Civil, os Agentes Prisionais e os Monitores do Sistema do Menor Infrator. Faz 41 dias hoje que o comitê gestor ficou de nos dar uma resposta em dez dias. O que ouvimos de alguns secretários de estado são notícias, inclusive inverídicas, sobre a lei de responsabilidade fiscal, que não correspondem à verdade. O gasto de R\$ 30 milhões para pagar, não corresponde à verdade, porque com R\$ 12 milhões paga-se tudo; sobre o soldado que está ganhando de R\$ 2 mil a R\$ 9 mil, foi essa a notícia há uma semana no site da secretaria de Segurança, também não é verdade. E sobre a carta que o governador nos mandou no último contracheque, que precisa e vai ser contestada e melhor explicada à população catarinense.

É o tempo que tinha muito obrigado, senhoras e senhores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, público aqui presente, funcionários desta Casa, colegas de imprensa, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital.

Eu tenho tantos assuntos para falar, mas nós vamos, ao longo do tempo, falando já que são medidas que infelizmente não são factuais ao ponto de falarmos e alertarmos o povo catarinense, mas elas, amanhã, na próxima sessão, também servirão de alerta.

O primeiro assunto, sr. presidente: eu fiquei embasbacado, deputado Manoel Mota, com a atitude do seu governo em usar o *Diário Oficial* para publicar uma portaria do governo do estado pedindo, deputado Silvio Dreveck, que os secretários de estado atendam os deputados sem prévia agenda. E pasmem, sras. deputadas e srs. deputados, o governo está pedindo que os secretários retornem, imediatamente, os telefonemas desses parlamentares.

A que ponto chegamos! Onde um governo tem que pedir para o secretário atender a um deputado, deputado Gelson Merísio, a responder o seu telefonema. Eu achei a desculpa, ou seja, a justificativa, o motivo de publicar no *Diário Oficial*. Eu achei deputado Dirceu Dresch. Como jornalista sempre procuramos entender, isso é análise de discurso, tentamos entender o que realmente faz um governo publicar uma medida como essa.

Como ouvimos que o governo está economizando dinheiro, com certeza absoluta custaria mais caro e levaria mais tempo o governo do estado telefonar para 56 secretários do que publicar no *Diário Oficial* uma portaria.

É a única justificativa que eu tenho, porque o governador não tem tanto tempo para ligar para 56 secretários. Ele deve ter dito: "Secretário atenda os deputados, dê o retorno ao telefonema, porque senão sairá muito mais caro." Eu entendo que a justificativa para esse ato seria a economia de dinheiro em vez de fazer 56 telefonemas.

Ao mesmo tempo em que o governador pede para que os secretários atendam os deputados e retornem as suas ligações - é um absurdo - ele pede para que os assessores das secretarias permaneçam aqui na Assembleia Legislativa para fomentar informações aos deputados. Sinceramente, esperava muito mais desse governo.

Mas deixem-me dizer uma coisa: estive lendo que o Tribunal de Contas do estado publicou as contas do governo e eu quero passar para Santa Catarina alguns números que me levam a ver o seguinte:

Atenção: as empresas estatais, entenda-se Celesc e Casan, gastaram com assistência médico-odontológica de seus empregados e dependentes 235% a mais do que a Cohab investiu em moradias, e 25% a mais foi gasto pelas empresas estatais em dentistas para os seus funcionários do que a Casan investiu em saneamento básico. Ou seja, as empresas estatais que deveriam investir na comunidade, estão gastando mais com os dentistas dos seus funcionários do que a empregabilidade do recurso público em saneamento ou em habitação.

Pasmem os senhores: no ano passado, de subvenção social, aquele pedido do deputado para o governador para atender uma entidade, foram R\$ 135 milhões. Isso quer dizer que foi 70% a mais do que em 2005. E pasmem os senhores, 2006 foi ano eleitoral e essas subvenções só puderam sair até julho, porque a partir daquele mês não podia por causa das eleições.

Só para vexas. imaginarem, no exercício de 2006 foi observado um crescimento de quase 5% do número de servidores efetivos do estado. Cresceu, em 2006, 4,94% o número de servidores efetivos, mas de comissionados foi 21%. E mais ainda: a questão de 21% foi que aumentou de cargos, mas nos salários pagos aos comissionados houve um aumento de 35%.

Os programas e ações priorizadas pela população de Santa Catarina no Orçamento Regionalizado deveriam consumir somente 1,71% da despesa total do estado, mas hoje está em 0,31%.

Agora pasmem os senhores: as despesas com a publicidade, que chegaram perto de R\$ 50 milhões, foram infinitamente maiores do que as despesas feitas com assistência social, trabalho, habitação, gestão ambiental, ciência e tecnologia, desporto e lazer e outras ações de governo onde deveriam ser colocados mais investimentos e não foi. Por quê? Porque o governo pegou o dinheiro que era para investir nessas questões e colocou em publicidade e propaganda para mostrar que está tudo muito bem, para mostrar que as crianças estão recebendo o uniforme, quando sequer foi feita a licitação para dar uniforme este ano.

Esta é a diferença do governo da propaganda e do governo fato, aquele que na verdade está aqui!

Espero que os convênios estejam sendo repassados. Vejo aqui o prefeito de Lages, Renatinho, e, pelo que sei, até sexta-feira o dinheiro do repasse da Festa do Pinhão do ano passado não tinha sido depositado. Não sei se hoje foi, deputado Joares Ponticelli!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli (Interferindo) - Talvez, em função de uma ligação.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Ah! Aquela ligação! Então, salvo pelo gongo.

Vejo que o deputado José Natal gostaria de me apartear.

O Sr. Deputado José Natal - Deputado, gostaria de dar-lhe uma resposta mas, como restam-lhe poucos minutos, não o farei, lamentavelmente.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Só espero que v.exa. não venha publicar no *Diário Oficial* a resposta. Não precisa!

Muito obrigado!

(Palmas)
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o sr. deputado Gelson Merísio, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente e srs. deputados, inicialmente, fora do que eu tinha me programado para, desta tribuna, levar aos catarinenses, não poderia deixar de fazer uma consideração sobre as colocações iniciais feitas pelo deputado Kennedy Nunes, em que pese a sua eloquência de um parlamentar de Oposição. E é normal que seja feito assim, até porque esta é uma Casa onde a postura oposicionista precisa ficar evidente, precisa ficar demonstrada e respeitamos isso.

No que diz respeito à portaria emitida pelo governo, ela pode ser lida com dupla interpretação. A primeira é aquela que foi feita pelo deputado Kennedy Nunes, muito mais no sentido irônico, de crítica ao governo e à edição da portaria, e a segunda é do respeito que o governador, através do secretário que emitiu essa portaria, tem para com os srs. parlamentares. E na portaria não

diz que é da base aliada ou da Oposição, não diz se é da Câmara Federal ou da Assembleia. Diz aquilo que nós todos cobramos aqui desta tribuna - eu inclusive, parlamentares da Oposição inclusive -, que é o respeito à atividade parlamentar legítima. Nós aqui representamos uma parcela da comunidade. No meu caso, mais de 40 mil pessoas.

Quando nós viemos aqui fazer uma colocação, ou ligamos para um secretário, ou marcamos uma audiência, marcamos uma audiência representando 30, 40, 50 mil pessoas. É por isso importante que as pessoas que fazem a interlocução do governo tenham também essa consciência. Muitas vezes alguns colaboradores, por inexperiência, por qualquer outro motivo que não seja aquele que nós defendemos, desviam-se dessa regra.

E por isso a outra interpretação que pode ser dada, e é a que eu dou à portaria emitida pelo governo, é exatamente esta: a do respeito a alguém como governador do estado, que foi por quatro ou cinco mandatos deputado federal, deputado estadual, que sabe a dificuldade que nós temos em não termos caneta, e sim apenas o voto aqui na Assembleia e também o convencimento junto aos órgãos do governo. Ele conhece essa dificuldade e orientou e determinou que os seus assessores agissem dessa forma.

É esta a leitura que eu quero fazer, e quero cumprimentar o secretário Ivo Carminati e o governador pela atitude, que não deveria ser necessária se todos aqueles que compõem o governo também entendessem isso como uma forma absolutamente salutar e respeitosa com esta Casa e com todos os seus 40 parlamentares.

Feito este registro quero, de uma forma muito penosa, registrar aqui o luto que Santa Catarina tem ao amigo, ao catarinense de coração que faleceu no último final de semana, o empresário Caio Pisani, que já foi registrado pelo deputado Onofre Santo Agostini e por outros srs. deputados. Mas não poderia deixar de, em nome da bancada dos Democratas nesta Assembleia, trazer as condolências à família, o pesar de Santa Catarina, que decretou três dias de luto oficial a alguém que gerava empregos e que nunca demitiu um funcionário em função das situações econômicas que viessem a passar a empresa e a economia de Santa Catarina e do Brasil.

É um homem que vai deixar o seu exemplo e, acima de tudo, um legado para que Santa Catarina continue sendo um estado produtor, exportador e com competência naquilo que faz e exporta.

Também quero deixar registrado que não vou poder estar presente hoje à noite, em função de uma outra reunião no mesmo horário, mas sei que esta Casa vai prestar uma homenagem à Cidasc pelo selo conquistado na OIE de estado livre de febre aftosa sem vacinação.

Quero também, em nome dos Democratas, com a permissão de todos os deputados, associar-me a essa homenagem. E elas são importantes não apenas para enaltecer o trabalho feito, mas muito mais para estimular o trabalho que tem que ser feito dia-a-dia na fiscalização, no combate, especialmente dos clandestinos que residem em Santa Catarina e trazem de outros estados animais que podem contaminar e comprometer o nosso selo de sanidade. E também a importância que tem o trabalho dos técnicos, da população, fiscalizando, e de todos nós, participando.

Quero, em nome da nossa bancada, enaltecer todos os funcionários da Cidasc, os seus diretores e o seu presidente não apenas pelo título conseguido, mas para que essa homenagem, hoje, nesta Casa sirva de estímulo para todos aqueles que conquistaram essa diferença para Santa Catarina no mercado internacional e para que ela possa se manter inalterada, possa se consolidar. Porque não apenas na questão da carne e da agroindústria, ela dá a Santa Catarina um selo que o diferencia dos demais estados brasileiros, um certificado de qualidade e de eficiência que transcende as divisas do nosso país e podem ser identificadas em todo o mundo.

Por isso faça este registro e agradeço a todos pela atenção.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário destinado aos partidos políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a deputada Ada De Luca, por até 16 minutos.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, amigos e amigas aqui presente, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc.

(Passa a ler.)

"Inicialmente, quero dizer aos nobres colegas que o tema que devo tratar hoje é, sem sombra de dúvida, uma questão crucial para a nossa sociedade. Não que os outros temas que todos nós frequentemente tratamos nesta tribuna não mereçam a nossa atenção e o cuidado, mas a questão do pacto federativo, ou melhor, da necessidade de rever o nosso pacto federativo está no centro das aspirações da sociedade civil organizada e dos agentes políticos brasileiros.

É comum em nosso dia-a-dia acompanharmos uma verdadeira romaria de prefeitos, vereadores e outras lideranças de pequenas, médias e até grandes cidades na busca de recursos para resolver problemas singelos, muitas vezes enfadonhos para muitos, entretanto fundamentais para o desenvolvimento daqueles municípios.

Quero trazer ao debate alguns dados que considero relevantes para percebermos o estrangulamento dos municípios e estados em detrimento da União. Conforme dados da Confederação Nacional dos Municípios, em dez anos, no período de 1991 a 2001, a carga tributária cresceu de 24,61 para 34,46% do PIB. Ou seja, em dez anos, a carga cresceu quase 50%!

Ao mesmo tempo, a divisão dos recursos arrecadados veio favorecendo a União em prejuízo de estados e municípios. Ao longo desses dez anos, a participação da União nesse montante subiu de 55,36% para 59,30%, enquanto a dos estados reduziu-se de 28,23% para 26,50%; e a participação dos municípios caiu de 16,41% para 14,20%.

Ao mesmo tempo em que vimos os recursos minguarem, as obrigações de estados e municípios ficam cada vez maiores, sejam em infra-estrutura ou políticas sociais que busquem equacionar a desigualdade dentro de cada cidade.

Conforme dados do Ibam - Instituto Brasileiro de Administração Municipal -, 'a distribuição da renda das pessoas mostra que os 562 municípios com população superior a 50 mil habitantes, que representam 10,1% do total de unidades, concentram nada menos que 79,7% de toda a renda das pessoas. No outro extremo, nos 2.671 municípios com população abaixo de 10 mil habitantes, que representam 48,0% do total de unidades, são encontrados tão-somente 4,3% da renda das pessoas.'

Ora, na verdade as distorções entre a União, municípios e estados são cada vez mais gritantes, vejamos agora recentemente a situação da ampliação de 1% do FPM - do Fundo de Participação dos Municípios - ainda postergada e ansiosamente aguardada pelos prefeitos de todo Brasil, foi a marcha do desespero a Brasília.

Enquanto isso, vimos a CPMF, diga-se de passagem, contribuição que virou imposto - a qual sou contrária -, arrecadar bilhões e sem qualquer contrapartida da União aos estados e municípios. Ou poderíamos ainda discutir as compensações financeiras da Lei Kandir, ou seja, a devolução aos estados exportadores daquilo que é seu por direito. Afinal, a política exportadora incentivada pela União tem reduzido a arrecadação de tributos nestes estados.

Com a Lei Kandir, segundo informações da secretaria da Fazenda Estadual, desde 1997 temos perdas anuais de aproximadamente R\$ 500 milhões. Recebemos mensalmente, descontados os 25% do FPM e os 16,6% do Fundeb, R\$ 9 milhões por mês e geralmente com atraso. Trata-se de uma grande perda para Santa Catarina.

Ocorre que o estopim da pressão social pela falta de recursos para cumprir os serviços básicos do estado democrático de direito são sentidos na pele nos estados e municípios, principalmente nos municípios, pois é ali que são efetivamente aplicadas, ou não, as políticas públicas. Isto não é justo, prezados senhores.

Precisamos do debate de um novo pacto federativo que estabeleça uma nova racionalidade de políticas públicas, redefinir o papel da União, estados e municípios; precisamos elaborar uma reforma fiscal que acabe, por exemplo, com a guerra fiscal entre estados, que hoje é a disputa desenfiada de quem perde mais.

O argumento de atrair empresas e empregos acaba por causar fortes prejuízos aos cofres públicos. Aqui em Santa Catarina, o nosso secretário da fazenda recentemente afirmou passar de R\$ 2 bilhões a previsão anual de incentivos fiscais.

Esta guerra fiscal, que consome bilhões dos cofres públicos através da forte política de isenção fiscal, deve ser repensada, pois nestes casos a União deveria entrar como mediadora para proporcionar o desenvolvimento mais homogêneo, o que não ocorre. Hoje existem fortes programas de políticas públicas assistencialistas, mas não um programa de desenvolvimento nacional equilibrado e homogêneo.

E isso não é uma crítica a um determinado governo, mas, sim, uma fatalidade que ao longo de nossa história vem-se repetindo, e estamos nós em estado de inércia, observando o agravar da situação sem tomarmos as devidas medidas que nos caibam.

É por isso que a reforma tributária deve ocorrer, mas com uma reforma fiscal que diminua e simplifique os impostos, que torne mais justa a distribuição dos recursos, que dê fim à batalha sangrenta entre os estados na isenção fiscal, e que a União seja o agente catalisador das aspirações dos estados e municípios e não, como ocorre hoje, o distribuidor das migalhas, que com maioria no Congresso faz o que bem entende com os recursos que arrecada.

Quero lembrar aqui um municipalista fervoroso, o saudoso dr. Ulysses Guimarães - que foi nosso grande líder durante a luta pela reconquista da democracia -, que quando queria destacar a importância do municipalismo costumava dizer com muita propriedade que 'ninguém vive na União; as pessoas nascem, vivem, casam-se e têm filhos é no município, nas suas cidades', e uso o grande dr. Ulysses Guimarães para concordar

com o nosso governador do estado, Luiz Henrique da Silveira, grande defensor da construção de um novo pacto federativo que privilegie os municípios, para que estabeleçamos mais justiça social, que torne clara a regra, que não vivamos na expectativa do que vai acontecer tendo que sistematicamente percorrer estradas e aeroportos em busca do minguado recurso para resolver problemas emergentes.

Para viabilizar a redefinição do pacto federativo, é preciso, em primeiro lugar, vencer a crise de confiança entre os governos, motivada principalmente pelos mecanismos de corrosão das receitas compartilhadas. Como nos diz o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski: 'é necessária a ação solidária entre os três níveis de governo nas áreas política, econômica e social, visando ao atendimento à sociedade de forma eficiente, racional e efetiva. Para isso, é preciso levar em conta a vocação de cada ente federado, sua capacidade de implementação, os custos e a eficiência na execução dos serviços públicos, e os benefícios decorrentes para o cidadão.'

Portanto, sras. deputadas e srs. deputados, cabe a cada um de nós legisladores e não só da nossa Assembléia Legislativa de Santa Catarina, juntamente com nossos representantes nas bancadas federais, provocar esse debate de fundamental relevância para o povo brasileiro. É necessário, é importante que venhamos a realizá-lo sob pena de estarmos nos omitindo de nossas atribuições e, principalmente, daquilo que o povo catarinense espera de nós, seus representantes no Parlamento e nesta Assembléia Legislativa."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário destinado ao PMDB, com a palavra o deputado Elizeu Mattos, por até quatro minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, nós íamos dividir o tempo com a deputada Ada De Luca, mas não conseguimos fazer a divisão correta. Mas vou aproveitar para comentar o discurso da deputada Ada De Luca num segundo momento, porque antes quero responder o assunto que o deputado Kennedy Nunes levantou desta tribuna. E aproveito para saudar o prefeito de Lages, o nosso Renatinho. E v.exa., deputado Kennedy Nunes, perdeu uma grande oportunidade de conversar com o prefeito antes de usar a tribuna, quando v.exa. falou que o governo do estado não repassou os recursos para a festa do pinhão e disse que o governador Luiz Henrique da Silveira deu calote na festa passada.

Sr. deputado, logo após sua fala tivemos a oportunidade de conversar com o prefeito Renato, que estava aqui. O prefeito foi muito claro e sério, o que é costumeiro de sua pessoa, e disse com todas as letras que o problema do repasse da festa do pinhão no ano passado não foi culpa do governo Luiz Henrique da Silveira e sim de uma prestação de contas de recursos repassados para o carnaval de Lages, pois houve um erro na prestação de contas. E todos nós sabemos que as leis são claras no sentido de que quando há uma pendência não se pode liberar recursos. Mas v.exa. perdeu a oportunidade de conversar com o prefeito que aqui estava para saber que os recursos da última festa do pinhão, num total de R\$ 400 mil, já foram depositados na conta da prefeitura, na última sexta-feira. E nós não falamos simplesmente de boca, ou do que ouvimos alguém falar, mas a prova está aqui. E quando v.exa. usar desta tribuna deve primeiro se informar, ter a informação correta.

Por isso, uso o meu tempo para defender a honra do governador Luiz Henrique da Silveira que não agiu em momento algum de má-fé com Lages e sempre agiu de boa-fé com os serranos e principalmente com a grande festa do pinhão que se realiza em nossa cidade.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero parabenizar v.exa. que está sempre atento e acompanhando tudo. E dizer que o líder da bancada do PP faz um discurso eufórico, vendendo uma imagem distorcida que não é verdadeira. Quer dizer, o governo dele nem dava satisfação para este Parlamento e o nosso que dá satisfação não serve. Nós lamentamos profundamente que o líder da bancada do PP falte com a verdade a cada instante aqui nesta Casa. Isso é lamentável, porque aqui estão os servidores públicos da prefeitura de Florianópolis, que nós respeitamos, quer dizer, isso é mal para o Parlamento e para o parlamentar.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o aparte de v.exa. nobre deputado. Sei que vamos ter outra oportunidade para falar sobre o assunto.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu ia falar sobre subvenção social, mas os doze segundos restantes concedo ao deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Só pedi a palavra para registrar que depositaram ontem o dinheiro na conta.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - No dia 21, ontem.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Baldissera, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o assunto que me traz à tribuna no dia de hoje é um dos temas de grande clamor no momento, que são os universitários.

Eu tenho andado em muitos municípios do interior deste nosso estado de Santa Catarina e a cada dia que passa percebemos que as preocupações, as angústias dos nossos estudantes universitários são sempre e cada vez maiores. Começa neste momento uma grande preocupação com relação à matrícula para o segundo semestre. E tudo isso está profundamente ligado ao repasse do art. 170, previsto na Constituição do Estado de Santa Catarina aos estudantes contemplados com a bolsa de estudo. Até o presente momento, depois de inúmeras manifestações, não tivemos ainda a sensibilidade e a ação por parte do governo do estado de repassar este dinheiro.

Nós estamos terminando o sexto mês de 2007, estamos na metade do ano. As aulas estão por encerrar e até o presente momento não repassaram o dinheiro de nenhum mês do exercício de 2007, que diz respeito às bolsas de estudo do art.170. É uma pena porque os próprios estudantes se sentem ameaçados e em certo sentido, constrangidos para solicitar e pedir às universidades que freqüentam a renovação da matrícula.

Nesse sentido quero mais uma vez fazer um apelo ao governo do estado, à secretaria de Educação, para que o mais depressa possível possa dar respostas as nossas universidades, de maneira muito especial, aos nossos estudantes. E quero lembrar que os recursos de 2006 foram repassados recentemente, agora em 2007. Portanto quero aqui insistir e fazer este apelo, em nome de todos os estudantes contemplados com a bolsa de estudos, para que o governo do estado de Santa Catarina cumpra o disposto no art. 170, da Constituição do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Nobre deputado, quero cumprimentá-lo pelo assunto e pela preocupação que v.exa. traz a esta Casa na tarde de hoje.

Quero dizer que na sexta-feira recebi uma ligação, através do nosso suplente de deputado Dieter Hansen, de Jaraguá do Sul, do presidente do DCE daquela universidade. Ele estava angustiado porque os alunos estão com medo de não conseguirem renovar as matrículas para o segundo semestre.

Ontem à noite, deputado Pedro Baldissera, estive prestigiando a posse do acadêmico Rafael Menegaz, que assumiu a Presidência do Diretório Central dos Estudantes da Unisul de Tubarão, e esse assunto foi abordado por todas as autoridades, inclusive, chamou-me a atenção o magnífico reitor da Unisul, professor Gerson Joner da Silveira, que no seu pronunciamento, proclamou os alunos a promoverem uma pressão muito forte para que o governo coloque em dia os pagamentos das parcelas do art. 170.

Sr. deputado Pedro Baldissera, o convênio deste ano foi dividido em oito prestações, oito! Estamos em 26 de junho, e o estado ainda não pagou nenhuma! Então, veja v.exa. que se de agora em diante o governo pagasse em dia, já ficaria devendo dois meses. Ora, se não consegui pagar nenhuma parcela até aqui; se não terminou nem de pagar aquele material de campanha chamado de uniforme escolar, que foi distribuído no ano passado, e ainda deve R\$ 11 milhões; se não conseguem terminar as reformas de escola, como é que vão vencer, em dois meses, as oito parcelas do art. 170 deste ano?

E tem mais, deputado Pedro Baldissera, o relatório do Tribunal de Contas apontou que no ano passado só foi pago metade do que é devido, e v.exa. lembra que lá na primeira campanha Luiz Henrique da Silveira prometeu a integralidade, prometeu dobrar os recursos art. 170. Não está pagando em dia nem aquilo que era pago no final do governo Esperidião Amin, em 2002. Então, a enganação e a mentira continuam por toda Santa Catarina!

Parabéns, deputado Pedro Baldissera!

(Palmas)

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Srs. deputados, só o percentual que se deixou de repassar em 2006, daria quase para contemplar outro tanto de estudantes no ensino superior.

Para finalizar, servidores públicos, faço aqui também o meu apelo ao poder público municipal de Florianópolis para que possa, da forma mais rápida possível, dar uma resposta aos anseios, às preocupações e à busca de cada um de vocês.

Agora, não dá para admitir a violência que aconteceu no pró-cidadão. E pior de tudo é que tentam atribuir a responsabilidade aos servidores públicos que estavam em greve.

(Manifestações das galerias)

Acompanhamos atentamente as imagens daquele momento, que normalmente são feitas em todas as imobilizações de todas as classes e percebemos que querem atribuir a responsabilidade e a culpa aos servidores públicos que buscam os seus direitos. Mas estão totalmente equivocados, totalmente...

(Discurso interrompido por término de horário regimental.)

(Manifestações das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único da Mensagem de veto n. 0099/2007. Há um requerimento de alguns líderes no sentido de que essa matéria seja votada em sessão posterior.

Consulto se todos os srs. líderes aquiescem. Se houver a aquiescência de todos, a matéria fica transferida, caso contrário, votaremos hoje.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo a concordância de todos os srs. líderes, a matéria fica para votação na próxima sessão.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0127/2007, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Xaxim (ampliação das instalações de unidade sanitária).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0155/2007, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Sombrio (ampliação de unidade sanitária).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0201/2007, de autoria da comissão de Justiça, que dá nova redação à ementa e ao art. 1º da Lei n. 11.725, de 29 de maio de 2001. (de Federação da Cruz Azul no Brasil para Cruz Azul no Brasil).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0025/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que modifica dispositivo da Lei Complementar n. 383/2007, que garante a participação de corretoras e corretor de imóveis e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

A votação é nominal e precisa de 21 votos para aprovação.

A votação será no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JANDIR BELLINI	
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, enquanto os nobres deputados estão votando, só gostaria de deixar registrado que hoje, dia 26 de junho, é o Dia Internacional do Combate ao Uso de Drogas. Este é um assunto que esta Casa deve pelo menos deixar registrado. Estou com a internet conectada aqui e recebo agora o relatório da ONU que diz que no Brasil quase 1 milhão de pessoas usam cocaína e que o aumento do uso de drogas no Brasil aumentou. Isso é muito preocupante!

Então, só gostaria de fazer este registro para que esta Casa não deixe passar em branco essa luta mundial contra a droga, que para mim é o câncer de todos os problemas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A manifestação de v.exa. fica registrada nos anais da Assembléia Legislativa. Consulto se todos os deputados votaram.

Está encerrada a votação.

Colhemos o resultado.

Votaram 22 srs. deputados.

Temos 22 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei n. 0095/2007, de autoria do deputado Darci de Matos, que cria a Semana de Prevenção e Combate à Doença Renal.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, eu gostaria de me manifestar em relação a este projeto do deputado Darci de Matos até porque tenho uma convivência de mais de dez anos com os pacientes renais crônicos de Joinville.

Dessa convivência acabaram redundando muitas ações por parte deste deputado e, neste momento, inclusive, em Joinville, estamos imbuídos em uma campanha muito forte para tentar construir a Casa do Renal Crônico naquela cidade.

Gostaria de parabenizar o deputado Darci de Matos pela iniciativa e cerrar fileiras com ele no sentido de que possamos ver aprovado este projeto que cria a Semana de Prevenção e Combate à Doença Renal, uma doença que poucos conhecem de perto, mas as pessoas que têm parentes ou que sofrem deste mal, sabem a tragédia que isso significa nas suas vidas.

Passam toda semana de quatro a cinco horas em uma máquina trocando o sangue, é essa penalização na vida, é um custo impressionante. Muitos que eu conheci, que me procuraram em meu gabinete e que já estiveram comigo em lutas passadas, já morreram. E há novos que me procuram e que certamente lá na frente não verei mais, porque também perderão a vida.

É uma luta inglória, mas que merece todo respeito e toda a união dos parlamentares e das pessoas que conhecem o problema para que possamos amenizar pelo menos um pouco o sofrimento dessas pessoas.

Parabéns, deputado Darci de Matos, eu cerro fileiras votando "sim".

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, faço minhas as palavras do deputado Nilson Gonçalves, também parabenizando o deputado Darci de Matos, mas só fazendo uma referência.

Joinville é a sede do nosso Pró-Rim, cujo presidente é o dr. José Luiz Vieira, que tem sua vida voltada para transplantes em pessoas com deficiência renal.

Então, só gostaria de parabenizar novamente o deputado Darci de Matos, dizendo que esta atitude não poderia vir de outra pessoa, a não ser alguém de Joinville, onde se vive esta realidade no dia-a-dia, a questão dos transplantes de rim.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, queria fazer uma proposta. Já consultei os líderes, que concordaram: gostaríamos que v.exa. pudesse votar o segundo turno do projeto de lei complementar em sessão extraordinária, presidente, e vou justificar. É que não dá para fazer escrituras públicas porque houve um equívoco na primeira versão da lei de minha autoria, e esta está corrigindo o equívoco daquela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Consulto se todos os srs. líderes concordam com a proposta do deputado Onofre Santo Agostini, que pretende corrigir um erro do seu projeto original.

(Os srs. líderes aquiescem.)

Havendo a concordância de todos os srs. líderes, a Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 015ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0127/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0155/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0201/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0025/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que modifica dispositivo da Lei Complementar n. 383, que garante a participação de corretoras e corretor de imóveis e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votaram "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO sim

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS sim

DEPUTADO DÉCIO GÓES sim

DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO sim

DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim

DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim

DEPUTADO GENÉSIO GOULART sim

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim

DEPUTADO JAILSON LIMA sim

DEPUTADO JANDIR BELLINI sim

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim

DEPUTADO JORGINHO MELLO sim

DEPUTADO JOSÉ NATAL sim

DEPUTADO JULIO GARCIA sim

DEPUTADO KENNEDY NUNES sim

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO sim

DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim

DEPUTADA ODETE DE JESUS

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI sim

DEPUTADO PEDRO BALDISSEIRA sim

DEPUTADO PEDRO UCZAI

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO sim

DEPUTADO RENATO HINNIG sim

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON

DEPUTADO SILVIO DREVECK sim

DEPUTADO VALMIR COMIN

Está encerrada a votação.

Votaram 22 srs. deputados.

Temos 22 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno

do Projeto de Lei n. 0095/2007, de autoria do

deputado Darci de Matos, que cria a Semana de

Prevenção e Combate à Doença Renal.

Conta com parecer favorável das

comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir,

encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam

permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência, antes de encerrar a

presente sessão, convoca outra, extraordinária,

para votar a redação final do Projeto de Lei n.

0095/2007, do Projeto de Lei Complementar n.

0025/2007 e as demais matérias constantes da

pauta da Ordem do Dia, às 16h03min.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 016ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h03min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) -

Pede que seja incluída na pauta da Ordem do

Dia a redação final do projeto de lei que doa

uma área de terra para Xaxim.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) -

Reporta-se a requerimento de sua autoria, que

cumprimenta o empresário Udo Döhler pela

posse na presidência da Acij.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES -

Discute requerimento de autoria do deputado

Darci de Matos, que trata da cobrança de

pedágio social na BR-101 e na BR-116.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Discute

requerimento de autoria do deputado Darci de

Matos que trata da cobrança de pedágio social

na BR-101 e na BR-116.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Discute

requerimento de autoria do deputado Darci de

Matos que trata da cobrança de pedágio social

na BR-101 e na BR-116.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Discute

requerimento de autoria do deputado Darci de

Matos que trata da cobrança de pedágio social

na BR-101 e na BR-116.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Discute

requerimento de autoria do deputado Darci de

Matos que trata da cobrança de pedágio social na BR-101 e na BR-116.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Discute requerimento de autoria do deputado Darci de Matos que trata da cobrança de pedágio social na BR-101 e na BR-116.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Discute requerimento de sua autoria que trata da cobrança de pedágio social na BR-101 e na BR-116.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Discute moção de sua autoria, que pede a revisão dos valores da taxa de ocupação e foro dos terrenos de marinha localizados no litoral do estado.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Solicita permissão para subscrever moção de autoria do deputado Marcos Vieira que pede a revisão dos valores da taxa de ocupação e foro dos terrenos de marinha localizados no litoral do estado.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Solicita permissão para subscrever moção de autoria do deputado Marcos Vieira que pede a revisão dos valores da taxa de ocupação e foro dos terrenos de marinha localizados no litoral do estado.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Solicita permissão para subscrever moção de autoria do deputado Marcos Vieira que pede a revisão dos valores da taxa de ocupação e foro dos terrenos de marinha localizados no litoral do estado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Discute moção de autoria do deputado Marcos Vieira, que pede a revisão dos valores da taxa de ocupação e foro dos terrenos de marinha localizados no litoral do estado.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Discute moção de autoria do deputado Marcos Vieira, que pede a revisão dos valores da taxa de ocupação e foro dos terrenos de marinha localizados no litoral do estado.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Solicita permissão para subscrever moção de autoria do deputado Marcos Vieira que pede a revisão dos valores da taxa de ocupação e foro dos terrenos de marinha localizados no litoral do estado.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Solicita permissão para subscrever moção de autoria do deputado Marcos Vieira que pede a revisão dos valores da taxa de ocupação e foro dos terrenos de marinha localizados no litoral do estado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Solicita permissão para subscrever moção de autoria do deputado Marcos Vieira que pede a revisão dos valores da taxa de ocupação e foro dos terrenos de marinha localizados no litoral do estado.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Edivan Jobert Rosa e Louri da Cunha.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Registra a presença do ex-deputado federal Adelor Vieira e comunica que estará ausente de duas sessões.

Explicação Pessoal

DIRCEU DRESCH - Comenta audiência pública em Canoinhas para discutir a questão da fumicultura; comunica que participará da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Afirma que os agricultores dão grande contribuição para o desenvolvimento, o que lhes falta é infra-estrutura.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Reporta-se à acusação feita pelo representante do Sintrasem ao comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Manifesta sua posição contrária à cobrança do espaço ocupado pelas cooperativas de eletrificação rural nos postes ao longo das rodovias do estado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Estranha o fato de um major comandar o 4º Batalhão da Polícia Militar na capital.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Comunica que o diretório nacional do Democratas entrará com ação no STF contra cobrança abusiva de taxas pelo SPU nas propriedades de área de marinha.

DEPUTADO EDSON PIQUIQUITO (aparte) - Parabeniza o deputado Cesar Souza Júnior e ressalta que é solidário nas medidas contra a cobrança abusiva de tributos.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Refere-se aos Jogos Abertos da 3ª Idade; comenta a audiência pública de Canoinhas sobre a fumicultura; solidariza-se com a família Ribas em virtude do assassinato do ex-prefeito Nataniel Ribas.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se ao Hospital Materno-Infantil de Joinville.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Anunciar presença de Francisco Greselle, representando o Sicoob de Canoinhas.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Rebate denúncias do deputado Kennedy Nunes sobre a falta de repasse de recurso para a Festa Nacional do Pinhão, sobre a discriminação com a região serrana e sobre as subvenções sociais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia
Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0025/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0095/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente, apenas quero pedir a v.ex.a. que coloque em votação a redação final do projeto de lei que doa uma área de terra para Xaxim, se for possível, já que houve duas votações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O requerimento de v.ex.a. já foi atendido na sessão anterior.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações ns.: 0383/2007, de autoria do deputado Jailson Lima; 0384/2007, de autoria do deputado Darci de Matos; 0385/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini; 0386/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior; 0387/2007 e 0388/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0390/2007, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0391/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini; 0392/2007 e 0393/2007, de autoria do deputado Darci de Matos; 0394/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0395/2007 e 0396/2007, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0397/2007 e 0398/07, de autoria do deputado Serafim Venzon, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao estudante Joelson Lopes Maciel, cumprimentando-o pela brilhante participação no programa *Soletrando*, da Rede Globo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretora da Escola Municipal João Costa, cumprimentando-a pela participação do estudante Joelson Lopes Maciel no programa *Soletrando*, da Rede Globo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Dalírio Beber, cumprimentando-o pela posse na presidência do Badesc.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Acic - Associação Catarinense para Integração do Cego, cumprimentando-o pelo aniversário da associação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao secretário municipal de Salto Veloso, cumprimentando-os pela inauguração do Centro Municipal de Educação Básica Vereador Avelino Biscaro.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica à direção do jornal *A Semana*, cumprimentando-a pela conquista dos prêmios na 8ª edição da Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado João Henrique Blasi, que solicita o envio de mensagem telegráfica à direção do Figueirense Futebol Clube, cumprimentando-a pelo aniversário de fundação e pelo vice-campeonato da Copa do Brasil.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina, cumprimentando-o pela passagem do Dia do Pescador.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Professor Grando, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria do Figueirense Futebol Clube, cumprimentando-a pelo aniversário de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Santa Cecília, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da bancada do PMDB, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao deputado federal João Matos, cumprimentando-o pela posse como coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de São Lourenço do Oeste, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Pedro Uczai, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Prudente José Silveira Mello, cumprimentando-o pela posse como membro da Comissão de Anistia do ministério da Justiça.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Rio Fortuna, Doutor Pedrinho, Iporã do Oeste, Apiúna, Presidente Getúlio, Caibi, Aurora, Agronômica, Laurentino, Marema, Curitiba, Guabiruba, Botuverá, Itajaí, Witmarsum, Tijucas, São Ludgero, Ilhota, Imbituba, Santa Cecília, Erval Velho, Nova Veneza e Rio do Oeste, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento do sr. deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos familiares de José Macedo, manifestando pesar pelo falecimento de Ivandel Adones Macedo.

Esta Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado João Henrique Blasi, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao promotor de justiça Sandro José Neis, cumprimentando-o pela posse como membro do Conselho Nacional do Ministério Público.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado João Henrique Blasi, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao juiz federal Jorge Antônio Maurique, cumprimentando-o pela posse no Conselho Nacional de Justiça.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao juiz de direito Lédio Rosa de Andrade, cumprimentando-o pela nomeação como juiz substituto do Tribunal de Justiça do estado.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor da Fucap - Faculdade Capivari, Expedito Michels, cumprimentando-o pela conquista de posição privilegiada na avaliação do ministério da Educação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Sangão, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos srs. juizes Henry Petry Júnior, Lédio Rosa de Andrade, Rejane Andersen e Roberto Lucas Pacheco, cumprimentando-os pela posse no cargo de juiz de direito de 2º Grau.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao procurador-geral do estado, cumprimentando-o pelo aniversário da instituição.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Sandro José Neis, promotor de justiça, cumprimentando-o pela posse no cargo de conselheiro nacional do Ministério Público.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville, cumprimentando-o pela posse da nova diretoria.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, eu tenho um requerimento semelhante, que deve ter aportado em sua mesa há questão de minutos, que diz respeito à mesma coisa que o da sra. deputada Odete de Jesus se refere, ou seja, cumprimentar toda a diretoria da Associação Comercial e Industrial de Joinville. No meu requerimento eu cito o empresário Udo Döhler, que é o novo presidente daquela associação.

Gostaria de aproveitar esse ensejo, sr. presidente, para transmitir de viva voz os meus parabéns àquele empresário, por ser uma pessoa extremamente respeitada naquele município, que agora vai dirigir os destinos da Acij. Se for possível, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Requerimento de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Tijucas, cumprimentando-o pela inauguração do Posto de Saúde Dona Calina.

A Presidência refere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de: Santa Cecília, Rio Fortuna, Imbituba, Ilhota, Curitiba, Guabiruba, Botuverá, Marema, Laurentino, São Ludgero, Tijucas, Itajaí, Witmarsum e Erval Velho, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Iporã do Oeste, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Tijucas, Botuverá, Itajaí e Guabiruba, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Dionísio Zago, diretor da Rádio Caçanjurê, cumprimentando-o pelo aniversário da emissora.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de: Curitiba, Itajaí, Marema, Laurentino, São Ludgero, Tijucas e Witmarsum, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves e outros, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador do estado e ao presidente da Fatma, solicitando a abertura de vagas para médicos veterinários no próximo concurso público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro do Trabalho e Emprego e ao ministro das Cidades, solicitando a inclusão do número do CPF e do tipo sanguíneo junto ao registro geral.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica à RBS/TV, solicitando a instalação de uma repetidora na localidade de Rio Fortuna, no município de Angelina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da República e ao ministro dos Transportes, solicitando a implementação do pedágio social na BR-101 e na BR- 116 no território catarinense.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero registrar a minha posição contrária a esse requerimento e dizer que existe no estado de Santa Catarina, há mais de uma década, uma importante e louável resistência à implementação de pedágios.

Então, eu penso que uma forma do nosso estado começar a ser também vítima dessa nova forma de exploração e privatização de recursos públicos é trocar o nome da criança. Se for pedágio, se for social, se for radical, não há a menor diferença. Nós queremos é manifestar a nossa posição contrária a este requerimento e contrária à implementação de qualquer posto de pedágio no território catarinense, seja em rodovia federal, estadual ou municipal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, Santa Catarina se diferencia de outros estados porque em nenhum momento foi aplicada aqui a palavra pedágio. Nós não temos conflitos sobre esse assunto, seja nas estradas federais ou estaduais, diferentemente do Paraná e do Rio Grande do Sul, onde houve conflitos e onde há um problema muito sério com todos aqueles que trabalham com transporte e cuja vida depende da estrada.

Agora, o que eu estranho aqui é pedir a implementação do pedágio social. Desde quando pedágio é social seja na BR-101 ou na BR-116?

Então, sou contra esse pedido. Respeito o companheiro Darci de Matos, mas é uma questão de grandes discussões. Até hoje resistimos à implantação do pedágio seja federal ou estadual. Esse assunto, inclusive, foi motivo de campanhas políticas no passado, é só termos um pouco de memória histórica.

Nós nos manifestamos contra este requerimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. deputado Kennedy Nunes - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, com certeza o meu voto é contra e peço que a nossa bancada também vote contra porque não podemos aceitar ser taxados novamente com pedágios aqui. Nós já pagamos muitos impostos, inclusive em cada litro de gasolina que nós colocamos no carro está incluída a Cide, que seria para a manutenção das estradas.

Eu sou veementemente contra a cobrança de pedágio. Aliás, aqui em Santa Catarina, se o pedágio ainda não está valendo é porque o próprio governador da época, Esperidião Amin, entrou na Justiça contra uma lei de iniciativa do ex-governador Paulo Afonso, que queria cobrar pedágio, e conseguiu derrubar a lei.

Por ser contra a cobrança de qualquer tipo de pedágio, eu voto contra este requerimento do deputado Darci de Matos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu não estou aqui para advogar a causa do deputado Darci de Matos, mas quero entender que o seu requerimento, na verdade, tem um fundamento. Eu acredito que o deputado, vendo a possibilidade da cobrança de pedágio em Santa Catarina, está colocando aqui a possibilidade de uma cobrança alternativa - se não houver alternativa, não existe como, vai ser cobrado o pedágio -, ou seja, está colocando a possibilidade de uma cobrança social de pedágio. Essa é uma alternativa para o que já não se pode mais deixar de fazer.

Em Santa Catarina existe a possibilidade quase que irreversível da cobrança de pedágio por conta de contratos feitos com o BID de financiamentos para a duplicação das rodovias. Já em contrato isso previsto. Como não há possibilidade de voltar atrás, pelo que estou entendendo, o deputado Darci de Matos está colocando como alternativa a cobrança do pedágio social. Foi assim que eu entendi, por isso estou tentando passar aos srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peça a palavra, sr. presidente.

O PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, estou no quinto mandato parlamentar e sempre me posicionei contra o pedágio pelo abuso que isso representa quando se trata de obras públicas, pois quando elas são públicas, evidentemente que cobrar pedágio é tirar o dinheiro do povo outra vez. Quando as obras são privadas, é outra situação.

Eu queria aqui responder rapidamente que a implantação do pedágio da BR-470 esteve várias vezes nesta Casa para ser votada e eu trabalhei dia e noite para derrubá-la. E quem mandou para cá o projeto foi o ex-governador Esperidião Amin, para que a empresa explorasse durante 24 anos para depois duplicar. Quer dizer, a empresa ficaria durante 24 anos cobrando pedágio, para depois duplicar. E o pedágio seria de R\$ 92,00 ida e volta para Chapecó, o que inviabilizaria toda a produção de carne suína etc. Eu fui contra e conseguimos derrubar o projeto.

Portanto, quando se trata de pedágio, eu evidentemente sou contra, porque a população está cansada de tanto ser tributada. Então, tem que pensar e repensar, quando há dinheiro privado não existe problema nenhum, quando há dinheiro público eu serei contra todas as vezes em que vier esse tipo de encaminhamento para esta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, o meu voto é contrário. A população já está cansada de pagar impostos. O povo só serve para pagar contas e os benefícios nunca chegam.

Então, também sou contra, contra e contra.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, eu quero dizer que entre a racionalidade e a utopia existe uma distância muito grande, e também é preciso cobrar um pouco de coerência.

Primeiro, o governo Lula, através do ministério dos Transportes - isso é fato e contra fatos não há argumentos -, está encaminhando licitação para pedágios na BR-470, na BR-116 e na BR-101.

Eu gostaria de saber, deputado Kennedy Nunes, se o seu partido vai votar contra em Brasília, porque o pedágio tem sido instituído no Brasil inteiro, o governo Lula é favorável e está implantando-o.

A proposta da Federação dos Transportes é uma proposta intermediária, no meu entendimento é uma proposta racional e que objetiva aplicar aquilo que é arrecadado no pedágio na melhoria das rodovias. E não como acontece no Paraná e em outros estados, onde empresas de outros países, como é o caso da Argentina, exploram o pedágio e aplicam pouco daquilo que é cobrado na melhoria das rodovias.

Portanto, entendo que estou sendo racional e poderíamos, com essa proposição, criar um meio termo. Agora, ideologicamente somos contra qualquer tipo de pedágio, mas é um fato que está acontecendo, inclusive por proposição e por encaminhamento do governo federal.

Eu gostaria de deixar as minhas colocações para que os srs. deputados pudessem avaliar essa proposta da Federação dos Transportes, que no meu entendimento é uma proposta racional.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) -

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado por maioria.

Moção de autoria do sr. deputado Marcos Vieira, a ser enviada ao presidente da República, ao ministro da Fazenda e aos presidentes de Senado Federal e da Câmara dos Deputados, solicitando a revisão dos valores da taxa de ocupação e foro sobre terrenos de marinha localizados no litoral do estado.

Em discussão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quando tomei conhecimento de que o ministério da Fazenda havia baixado uma portaria aumentando os valores da taxa de ocupação dos terrenos de marinha em até 1.400%, fiz uma verificação e constatei que muitos desses terrenos de marinha pertencem a pessoas que não têm posses suficientes para arcar com um custo tão elevado.

Então, tomei a liberdade e fiz um pronunciamento da tribuna desta Casa pedindo que houvesse uma revisão de valores. E hoje faço aqui, por escrito, uma moção para a qual peço o apoio de todos os srs. deputados e de todas as sras. deputadas, no sentido de solicitar ao governo federal, com o apoio da Câmara e do Senado Federal, que possamos ter uma redução substancial dos valores cobrados para que a nossa gente tenha condições de arcar com essas despesas mensalmente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu gostaria de pedir ao nobre deputado Marcos Vieira para co-assinar essa moção.

Nós, em Joinville, sr. presidente, estamos tendo casos absurdos, porque por sofrer efeito maré, há uma discussão muito grande sobre quais terrenos deveriam estar sendo cobrados pelo Patrimônio da União ou não. Agora os moradores dessas áreas do município foram surpreendidos com o valor, deputado José Natal, da taxa anual deste imposto cobrado pelo Patrimônio União.

Sou completamente contra, acho que isso é ilegal. Nós estamos verificando com a nossa assessoria jurídica, para junto com a associação - chegaram a fazer uma associação em Joinville - de moradores ocupantes de áreas de terras de marinha discutir a questão, já que é imoral e inconstitucional esse aumento que o governo federal está impondo a essas pessoas que pagam todos os anos esse tributo para a União.

Então, se o autor concordar, eu gostaria de co-assinar essa moção.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do autor, o deputado Kennedy Nunes também subscreve a moção.

O Sr. Deputado José Natal - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, eu também gostaria, com aquiescência do deputado Marcos Vieira, de subscrever esta moção. Na região de São José nós ainda temos muitos pescadores artesanais que vivem da pesca no dia a dia e estão, como se diz na linguagem popular, desesperados com o que aconteceu com a cobrança do Patrimônio da União nesse exercício.

Quero também, neste momento, parabenizar a ação do deputado Cesar Souza Júnior e dos advogados que estão tomando a frente dessa situação.

Quero a permissão do deputado para ser subscritor desta moção.

Muito obrigado!

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do autor, o deputado José Natal também subscreve a moção.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, este assunto é relevante para toda Santa Catarina. Como disse o deputado Kennedy Nunes, em Joinville existem aproximadamente 25 mil famílias com esse problema. Nós propusemos e a comissão de Constituição e Justiça aprovou a realização de uma audiência pública no dia 12, na cidade de Joinville, para discutir esse assunto. Portanto, com a anuência do autor da moção, deputado Marcos Vieira, também desejo co-assiná-la, por entender que ou se faz a revisão, ou se susta essa cobrança, porque no meu entendimento é uma afronta ao direito de propriedade dos catarinenses que têm escritura pública, na sua grande maioria, dos terrenos e todos os anos são obrigados a pagar uma taxa para o governo federal.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do autor, o deputado Darci de Matos também subscreve a moção.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, de igual modo quero manifestar a minha posição de integral solidariedade a esta moção, porque essa cobrança é abusiva e ilegal.

A sanha arrecadatória do governo federal passa por cima dos mais comecinhos princípios jurídicos como o da anualidade e outros que tais, para simplesmente arrecadar mais. O princípio da legalidade, por exemplo. Então, não é possível que nós venhamos a coonestar com esse tipo de atitude.

Por outro lado, conectada a esta matéria está outra, que é objeto de moção que será lida na seqüência e também já de movimento liderado pelo deputado Cesar Souza Júnior, que é a impossibilidade jurídica da cobrança nas ilhas costeiras, sedes de município, como é o caso de Florianópolis, a sua parte insular, e de São Francisco do Sul, após a promulgação da Emenda Constitucional n. 46/2005, de autoria do ex-deputado Edison Andriano, de taxa de ocupação, foro ou laudêmio nestas áreas.

A emenda constitucional diz muito bem que essas áreas deixaram de pertencer ao Patrimônio da União. Conseqüentemente, se não mais pertencem, não pode a União querer tributar essas áreas. Por isso é importante essa movimentação. Uma audiência já está marcada pela comissão de Constituição e Justiça para a próxima segunda-feira, ao que me consta, e estaremos presentes às 19h fazendo coro para impedir e para fazer com que, a exemplo do que ocorreu na cidade de Vitória, no Espírito Santo, haja uma ação civil pública pelo Ministério Público eliminando a possibilidade dessa cobrança.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) Continua em discussão.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Peça a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, acho importante esta moção ser aprovada porque demonstra uma posição inequívoca do Parlamento catarinense contra essa verdadeira extorsão praticada pelo Patrimônio da União.

Quero dizer aos srs. deputados que iremos a Brasília, já que o diretório nacional do Democratas atendeu à nossa solicitação, e amanhã estaremos entrando com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, contra esses aumentos e também com uma ação civil pública em relação à cobrança, pois há um descumprimento do que prevê a Constituição no que se refere às ilhas sede de municípios.

Estou inscrito para falar na seqüência e darei mais detalhes sobre essas ações, mas certamente é fundamental contar com o apoio de todos os srs. parlamentares contra essa extorsão fiscal praticada, caracterizando um verdadeiro anacronismo, que é essa taxa de marinha, estabelecida em 1831 como defesa do país às invasões de nações estrangeiras, mas que hoje é uma invasão da União sobre o bolso do cidadão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Professor Grandó - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, gostaria de subscrever esta moção de autoria do deputado Marcos Vieira como homenagem ao nosso ex-deputado e ex-prefeito Edison Andriano, pelo seu projeto, a nível federal que retirou do domínio da União as ilhas costeiras sede de município.

E aqui foi muito bem falado, há a questão da dualidade de cobrança: IPTU, laudêmio, foro, com aumentos de mais de 1.000%. Portanto, é justa esta discussão que vai ser travada não a respeito da regulamentação, mas para fazer o que já foi feito no Espírito Santo.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do autor, o deputado Sérgio Grande também subscreve a moção.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pedimos a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Nós também gostaríamos de subscrever esta moção de autoria do deputado Marcos Vieira, porque é mais um imposto que a União está cobrando dos catarinenses. Como disse o deputado, vamos fazer uma ação civil pública igual à do Espírito Santo, pois temos que mostrar à União que não nos estamos conformando com esse tipo de imposto cobrado da nossa população.

Muito obrigado!

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Igualemente, com a aquiescência do autor, o deputado Antônio Aguiar também é subscritor da moção.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pedimos a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sem mais argumentação, gostaria de subscrever a moção do deputado Marcos Vieira.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Igualemente aquiesce o autor e v. exa. também é subscritor da moção.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao superintendente do DNIT/SC, solicitando o recapeamento e recuperação da sinalização da BR-163.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao diretor da filial da BrasilTelecom, solicitando a instalação de telefones públicos nas localidades de Taió do Sertão, São José, Rio do Ouro, Serra da Garganta, Serra do Cascalho e Colônia Ruthes, no município de Santa Terezinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, a ser enviada ao ministro da Saúde, solicitando a inclusão no Orçamento da União de verbas para melhorias no Hospital São Camilo, de Imbituba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviada à operadora de telefonia Vivo, solicitando a instalação de antena retransmissora de telefonia celular no município de Arroio Trinta.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Serafim Venzon, a ser enviada ao diretor presidente da Tim Participações, solicitando a implantação de antena receptora de sinais de telefonia celular nos municípios de Witmarsum, Dona Emma, Vitor Meireles e José Boiteux.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir,
encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam
permaneçam como se encontram.

Aprovada.
O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela
ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio
Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o
deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS -
Desejo registrar a presença nesta Casa do
vereador Edivan Jobert Rosa, de Barra do Sul,
ex-presidente da Câmara Municipal, e do
vereador Lourí da Cunha, que estão
prestigiando a nossa sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio
Garcia) - Está feito o registro.

Moção de autoria do deputado
Serafim Venzon, a ser enviada ao diretor
presidente da BrasilTelecom, solicitando a
implantação de telefonia fixa no município de
Penha.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir,
encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam
permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção de autoria do deputado
Serafim Venzon, a ser enviada ao ministro da
Justiça, solicitando a construção de uma
penitenciária no bairro de Canhanduba, no
município de Itajaí.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir,
encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam
permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção de autoria do deputado
Serafim Venzon, a ser enviada ao ministro da
Justiça, solicitando apoio para implantação de
um posto da Polícia Rodoviária Federal na BR-
101, trecho do bairro Salseiro, no município de
Itajaí.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir,
encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam
permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção de autoria do deputado
Serafim Venzon, a ser enviada ao superin-
tendente regional do DNIT, solicitando a
implantação de marginais na BR-101 entre os
municípios de Navegantes e Itajaí.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir,
encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam
permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção de autoria do deputado João
Henrique Blasi, a ser enviada ao procurador-
chefe do Ministério Público Federal em Santa
Catarina, pedindo a adoção de medida judicial
para impedir a cobrança de foro, taxa de
ocupação e laudêmio dos imóveis
considerados terrenos de marinha em
Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir,
encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam
permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção de autoria do deputado Reno
Caramori, a ser enviada ao presidente da
República, ao ministro dos Transportes e ao
presidente do Fórum Parlamentar Catarinense,
solicitando viabilizar a liberação de recursos
para a dragagem do porto de Imbituba.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir,
encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam
permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção de autoria do deputado
Edson Piriquito, a ser enviada à secretaria da
Receita Federal, solicitando a instalação de um
posto em Balneário Camboriú.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir,
encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam
permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Pedido de informação de autoria do
deputado Pedro Baldissera, a ser enviado ao
secretário de estado da Educação, solicitando
informações sobre critérios para empréstimos
em folha aos servidores públicos.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir,
encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam
permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de informação de autoria do
deputado Pedro Baldissera, a ser enviado ao
secretário de estado da Educação, solicitando
informações sobre a fonte orçamentária que
viabiliza o Programa de Alimentação Escolar.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir,
encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam
permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de informação de autoria do
deputado Silvío Dreveck, a ser enviado ao
governador do estado e ao secretário de estado
da Infra-Estrutura, solicitando informações sobre o
embasamento técnico da rodovia SC-301 em
Campo Alegre e informações acerca do Decreto n.
2.385/2004.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir,
encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam
permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de informação de autoria do
deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviado ao
secretário de estado da Administração, solicitando
informações sobre os valores pagos a título de
Gratificação de Arrecadação Fazendária.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir,
encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam
permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de informação de autoria do
deputado Jandir Bellini, a ser enviado ao
governador do estado, ao secretário de estado
da Infra-Estrutura e ao secretário do
Desenvolvimento Regional da Microrregião de
São José, solicitando informações sobre o
projeto das obras da SC-470, em São José.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir,
encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam
permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de informação de autoria do
deputado Jandir Bellini, a ser enviado ao
governador do estado e aos secretários da
Infra-Estrutura e do Desenvolvimento Regional
da Mesorregião de Itajaí, solicitando
informações sobre os estudos para efetivação
das obras relativas à reforma da iluminação e
da sinalização da rodovia Antônio Heil, em
Itajaí.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir,
encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam
permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de informação de autoria da
deputada Odete de Jesus, a ser enviado aos
secretários da Agricultura, do Desenvolvimento
Econômico e da Saúde, solicitando
informações sobre as atividades e projetos
relacionados à engenharia genética e a
organismos geneticamente modificados.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir,
encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam
permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de informação de autoria do
deputado Clésio Salvaro, a ser enviado ao
presidente da Casan, solicitando informações
sobre qual o organograma vigente até 31 de
dezembro de 2006.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir,
encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam
permaneçam como se encontram.

Aprovado.
O Sr. Deputado Nilson Gonçalves -
Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio
Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr.
deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON
GONÇALVES - Gostaria de registrar, com muito
prazer, a presença, neste plenário, do ex-
deputado federal Adelor Vieira.

E também gostaria de aproveitar a
oportunidade para justificar a minha ausência
nas sessões do dia de amanhã e depois de
amanhã, em decorrência de uma pequena
cirurgia que farei no município de Joinville.
Preferi fazer esta justificativa de viva voz do
que entregar a v.exa. um papel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio
Garcia) - Boa sorte! A ausência de v.exa. está
justificada.

Requerimento de autoria de diversos líderes, solicitando a cedência de espaço na tribuna nesta sessão ao representante do Sintrasm - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal em Florianópolis - para expor sobre a paralisação que perdura por três semanas na capital do estado.

Como não existe assinatura de todos os srs. líderes, consulto se algum dos líderes presentes se contrapõe a este requerimento.

(Pausa)

Como não houve nenhuma manifestação contrária, vamos proceder conforme é de praxe, ou seja, a sessão será suspensa e o representante do sindicato citado terá a oportunidade da manifestação requerida pelos srs. líderes.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Estão inscritos para falar os deputados Dirceu Dresch, Joares Ponticelli, Cesar Souza Júnior, Romildo Titon, Antônio Aguiar e João Henrique Blasi.

O primeiro orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Boa-tarde, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas! Quero cumprimentar aqui também todos os trabalhadores do serviço público municipal de Florianópolis, o Sintrasm, e parabenizá-los pela luta e por não se curvarem diante das ameaças e sim lutar por uma vida melhor para os trabalhadores e, principalmente, para a sociedade de Florianópolis. Vocês atendem a população lá na ponta, na educação, na saúde, nas mais diversas áreas da política pública. Então, com certeza, vocês precisam continuar a luta por uma vida digna de trabalhadores, com respeito, mas também no atendimento cada dia melhor que vocês querem para a população.

Parabéns, continuem essa luta e contem com a bancada do Partido dos Trabalhadores neste grande desafio que temos pela frente. Eu falo como sindicalista também da agricultura familiar.

(Palmas das galerias)

Tivemos no dia de ontem, sr. presidente, srs. deputados, uma grande audiência pública em Canoinhas, no congresso nacional da comissão da Agricultura, discutindo um tema que, com certeza, Santa Catarina tem muito a ver e tem muito interesse. Estavam presentes também os deputados Reno Caramori e Antônio Aguiar, além de mais de mil fumicultores do estado de Santa Catarina que, reunidos, debateram a legislação e a relação empresa/fumicultor, tratando do Projeto de Lei n. 3.854/1997, de autoria do deputado Adão Pretto, do Rio Grande do Sul. Esse projeto está tramitando desde 1997 nas comissões, em Brasília, e está sendo avaliado o momento melhor para que essa matéria entre em pauta nas comissões e no plenário do Congresso Nacional.

Então, está-se fazendo um conjunto de audiências públicas. Ontem, pela manhã, houve uma no Paraná, ontem à tarde aqui em Santa Catarina e hoje pela manhã ocorreu uma no estado do Rio Grande do Sul.

O sul do Brasil tem um peso extraordinário na produção do fumo e nessa atividade existe uma questão social, por envolver mais de 200 mil famílias de agricultores familiares, principalmente de pequenas propriedades, mas também sustenta economicamente um conjunto de municípios no sul do Brasil, além dos nossos estados. E tem sido palco de grandes debates.

Essa lei vem tratar de uma questão muito importante, que é a relação do agricultor e o seu acompanhamento no momento da entrega e da classificação do fumo, que é uma das grandes queixas dos agricultores familiares porque o acompanhamento torna-se muito difícil. É ali que há, deputado Reno Caramori, um grande conflito instalado porque todos, inclusive esta Casa, têm uma preocupação com a cadeia da fumicultura, com a sua importância e a renda econômica que ela traz para os agricultores, para as indústrias, para os municípios, para o estado, para o país.

Mas na nossa avaliação há um grande conflito instalado, que é a necessidade de construir a relação do governo do estado, da política pública, de ser uma espécie de juiz, de controlador desta relação, que é muito antagônica, porque há um conflito de interesses da renda final do produto da fumicultura. Então, a lei vem numa perspectiva de fazer com que o estado entre nesta relação agricultor/indústria para fazer um papel intermediário, para controlar isso.

O que nós estamos vendo é que em cada um desses últimos anos aparece um motivo; em um ano é o problema do dólar, no outro é o problema climático e no outro é o problema da qualidade do fumo. No entanto, os agricultores estão sempre levando a pior, mas as indústrias e as empresas apresentam lucros extraordinários que tiram dessa cultura.

Então, deputado Antônio Aguiar, nós, desta Casa, temos o papel fundamental de contribuir para fazer com que de fato essa lei seja aprovada em nível nacional. E neste sentido estou, inclusive, apresentando uma moção a esta Casa de apoio a este projeto de lei, pois a nossa colaboração é importante para a fumicultura catarinense, porque havendo uma boa relação entre os agricultores e as indústrias, os nossos agricultores poderão ter uma vida melhor.

Srs. deputados, o que nos deixa muito entristecidos é que às vezes ameaçam os agricultores, como fizeram na Convenção-Quadro, no sentido de que os agricultores que continuassem plantando fumo seriam presos, e que seria como plantar maconha, o que não é verdade. Desde o início a Convenção-Quadro trata da questão da saúde em nível internacional, com mais de 162 países fazendo parte de campanhas contra o fumo.

E uma outra coisa que preocupa bastante é o resultado do produto final. Se fizermos um comparativo entre vários países, um comparativo baseado na nossa moeda, um agricultor dos Estados Unidos recebe R\$ 13,55 por quilo de fumo; o europeu, R\$ 22,58; o japonês, R\$ 40,64 e o brasileiro, em média, R\$ 3,38. Ontem, vimos um agricultor de Canoinhas, que apresentou uma nota de R\$ 1,60 por quilo de fumo.

Então, essa situação não pode persistir. E a classificação, que praticamente diz qual será o preço do produto, é questão central, ou seja, pela classificação o agricultor recebe o preço do seu produto final. Então, com certeza, esta Casa não vai curvar-se e vai apoiar também um projeto deste porte para o nosso país.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Dirceu Dresch, cumprimento v.exa. por levantar esta questão tão importante não só do fumicultor, mas dos nossos produtores agrícolas, que acabam sempre sendo as vítimas mais atingidas por todas as crises, especialmente as econômicas.

E na questão do fumo, eu que fui também plantador de fumo, filho de agricultor fumicultor, sei das dificuldades, do grande trabalho e também da grande contribuição que cada um dos fumicultores catarinenses deu e dá à economia de Santa Catarina. Mas apesar de lamentar os efeitos maléficos do fumo, devemos destacar aqui a sua atividade agrícola e a de tantos outros.

Mas quero acrescentar ao pronunciamento de v.exa. e ao destaque que coloca, que o interior de Santa Catarina, como o interior de outros estados, é muito bonito e bom para morar. Ocorre que além do nosso agricultor ser injustiçado por essas mudanças econômicas, como v.exa. coloca, também o é pela falta de estradas ou de qualidade das estradas, pela ausência de telefone ou da rede mundial de computadores.

Enfim, o nosso agricultor hoje está cada vez mais se informando sobre o mundo através da televisão via satélite. E ao mesmo tempo em que ele vê que existe tudo isso, fica desligado do mundo porque lá onde mora não há um posto de saúde que funcione e seu filho tem que andar 50, 60 quilômetros todos os dias para ir e voltar da escola. E essas são as grandes causas do êxodo rural.

Então, se nós queremos de fato fazer com que o agricultor fique mais lá na roça, no interior, para produzir alimentos para o estado e também para ter uma boa qualidade de vida, precisamos levar para lá todas as ações de desenvolvimento, no que tange a estradas, à telefonia, à internet, enfim, a todas as coisas que melhoram a nossa qualidade de vida.

Muito obrigado!

O SR. DIRCEU DRESCH - Quero aproveitar esse minuto que me resta para agradecer ao presidente por ter me indicado para participar da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar que vai acontecer em Fortaleza, do dia 3 ao dia 6 de julho, ocasião em que estarei participando desse grande evento.

Este é um grande debate para o nosso país. E o governo federal está apostando na construção de um Programa Nacional de Segurança Alimentar, para que, acima de tudo, a alimentação seja um direito do cidadão. Essa é a nossa defesa e a nossa luta. Por isso, vamos participar da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sra. presidente, fiquei no plenário prestando atenção atentamente ao pronunciamento do representante do Sintrasm e a certa altura chamou-me a atenção a forma como se colocava ao microfone. Ele fez uma acusação que reputo seriíssima, sra. presidente, quando disse da tribuna desta Casa que foi ameaçado de morte pelo comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar, usando textualmente a expressão: "Eu vou te apagar".

Amanhã apresento um requerimento a esta Casa pedindo que s.exa., o sr. presidente, deputado Julio Garcia, encaminhe cópia de inteiro teor do que aqui foi dito e mostrado ao Ministério Público de Santa Catarina para que sejam tomadas duas providências: para que se verifique se efetivamente ele foi ameaçado de morte e, caso seja verdadeiro, o policial militar tem que ser punido severamente pela sociedade catarinense e para que se restar provado o contrário, aí, sim, o Ministério Público puna quem mentiu, porque é seriíssima a acusação, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Deputado Marcos Vieira, v.exa. pode fazer essa solicitação e o representante do Sindicato dos Servidores Públicos de Florianópolis também pediu a esta Casa que constituíssemos uma comissão para ajudar a por fim ao impasse que está proposto.

Mas eu achei realmente que ele fez uma acusação e, inclusive, procurou o Conselho Estadual dos Direitos Humanos e esta Casa também tem uma comissão para tratar do assunto.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, o sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, srs. deputados, também quero, e tenho certeza de que posso falar em nome da nossa bancada, manifestar plena solidariedade aos servidores da Prefeitura Municipal de Florianópolis e colocar a nossa bancada à disposição dos servidores para que possamos construir um caminho de negociação, de composição e sem esse radicalismo.

Quero lamentar profundamente as cenas que vimos aqui, pois não são essas cenas e ações que esperamos da nossa Polícia Militar. Não é esse o papel da Polícia Militar. Portanto, recebam a nossa solidariedade e contem com a bancada do Partido Progressista também nessa empreitada.

Uma outra comunicação que quero fazer, sra. presidente e srs. deputados, é que protocolei o projeto de lei que altera a redação do art. 1º da Lei n. 13.516, de 4 de abril de 2005, sob o n. do Projeto de Lei n. 0238/2007. Através deste projeto, deputado Reno Caramori, pretendemos isentar, excluir as cooperativas de eletrificação rural da cobrança de aluguel do posteamento alocado às margens das rodovias de Santa Catarina.

A legislação proposta, encaminhada a esta Casa pelo governador Luiz Henrique, pretende cobrar das cooperativas de eletrificação rural, deputado Reno Caramori, um valor elevadíssimo por conta do aluguel dos postes nas margens das rodovias estaduais. E se essa cobrança for efetuada, deputado Kennedy Nunes - e os valores são astronômicos, assustadores -, as cooperativas de eletrificação rural não vão ter caixa para honrar esse compromisso e os associados, os usuários é que pagarão a conta.

Estive reunido na semana passada com diversos presidentes de cooperativas. E no sul do estado há uma presença muito forte das cooperativas de eletrificação rural e milhares de associados serão onerados na conta da energia elétrica com mais a cobrança desse tributo, por parte de um governo que começa a cobrar tudo para tentar manter essa estrutura cara, essa estrutura eleitoreira e agora quer assaltar também o bolso dos catarinenses associados em cooperativas de eletrificação rural.

O governo do estado está prometendo há algum tempo, deputado Silvio Dreveck, excluir as cooperativas dessa cobrança, porque elas já prestam um serviço social extraordinário bancando a própria iluminação pública das margens dessas rodovias. E quais comunidades elas atendem? As comunidades interioranas, deputado Kennedy Nunes, aquelas que a Celesc não quis levar energia elétrica. Os agricultores tiveram que se associar, criar cooperativas para poder bancar o investimento para fazer a energia elétrica chegar até sua residência e agora, deputado Cesar Souza Júnior, quer o governo tributar essas cooperativas, cobrar pelo aluguel dos postes nas margens das rodovias, prejudicando comunidades extremamente carentes de agricultores. E, repito, os valores são abusivos, absurdos.

Eu apresentei o projeto no sentido de que o governo se comprometa a não cobrar. E eu me proponho e quero fazer aqui de público uma proposta à base do governo nesta Casa. O governo está prometendo encaminhar o projeto em 15 dias. Se o governo encaminhar o projeto para isentar a cobrança das cooperativas, eu retiro o meu. Eu retiro. Não quero aqui paternidade da matéria, mas, sim, que os milhares de associados dessas cooperativas, a maioria deles agricultores, não sejam tributados porque não terão condições de arcar com mais essa despesa. Isso irá provocar um aumento muito elevado na energia elétrica fornecida pelas 22 cooperativas de eletrificação rural de Santa Catarina.

Portanto, eu protocolei a matéria hoje, mas estou disposto a compor se o governo realmente estiver falando sério quando diz que vai encaminhar um projeto a esta Casa. E eu me proponho a retirar o projeto de minha autoria para que os associados não sejam penalizados com mais essa cobrança. Vou aguardar então a manifestação do governo.

Mas a matéria à qual preciso reportar-me hoje, deputado Silvio Dreveck, é sobre a entrevista bastante contundente concedida pelo ex-governador Geraldo Alckmin e que consta das páginas amarelas da revista *Veja*. Acho que o deputado Manoel Mota, quando me viu com a revista *Veja* na mão ficou preocupado e mandou-se do plenário, até porque o senador Renan Calheiros está na capa da revista. E agora ainda tem o senador Roriz! Para o deputado Manoel Mota, que gosta das matérias nacionais, agora há o Roriz, o Renan Calheiros...

Mas não é sobre o Renan Calheiros ou sobre o Roriz que vou falar hoje. Hoje vou falar sobre a entrevista do Alckmin. Há uma frase dele, deputado Nilson Gonçalves, da qual eu gostei muito. V.Exa., que é um governista de carteirinha, muito amigo do governador, seu defensor incondicional nesta Casa, deputado Nilson Gonçalves, peça para o governador ler esta frase do Alckmin - olha que frase profunda e v.exa. como amigo do governador Luiz Henrique, precisa fazê-lo assimilar. O Alckmin diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Não é só o país que precisa de uma Oposição forte. O próprio governo só se legitima no embate com uma Oposição legítima".

Veja deputado Nilson Gonçalves, o Alckmin ensinando para o governo de v.exas. aqui a respeitarem a Oposição e que ela é importante, necessária e boa para a sociedade. Nessa parte o Alckmin foi brilhante, feliz. Agora, mais adiante, deputado Nilson Gonçalves, o Alckmin diz o seguinte:

(Continua lendo.)

"Lula dispõe de uma equipe enorme, mas não tem projeto. Estamos em junho e o governo ainda nem acabou de ser formado. Foi nomeado agora o 37º ministro. Atenção, são 37 ministros! Já imaginou fazer uma reunião com toda essa gente? Acho que nem o presidente sabe o nome de todos eles".

Essas foram as palavras do ex-governador Geraldo Alckmin, do PSDB. Ele está espantado porque o presidente Lula tem 37 ministérios para governar um país de 190 milhões de habitantes. Ninguém disse para o Geraldo Alckmin que aqui em Santa Catarina há 56 secretarias para seis milhões de pessoas; ninguém disse para o Alckmin que aqui em Santa Catarina tem quase o dobro do número de ministérios para governar 1,13% do território nacional; ninguém disse para o

Alckmin que aqui em Santa Catarina há quase o dobro do número dos ministérios que o Lula tem, para menos de 5% dos municípios; ninguém disse para o Alckmin que o governador de Santa Catarina é do PMDB e que patrocinou junto com a sua bancada a criação de mais seis secretarias neste ano? Que negócio é esse? A crítica tem que ter uma linha, a crítica tem que ter uma linha! Se o Alckmin, que é um expoente do PSDB, reclama que o Lula tem 37 ministérios para o Brasil inteiro, ele fecha os olhos e os ouvidos igual aos três macacos, quando se fala em Santa Catarina? Aqui podem criar secretarias à vontade? Aqui se pode disputar as secretarias na bolinha de gude, no tapa, no torneio de dominó e a soco, como estão fazendo? Dizem as notícias que já estão-se pegando, quase chegando às vias de fato. É o que a imprensa está dizendo!

Alguém precisa tirar o Alckmin dessa fria. Por isso estou mandando uma carta para o Alckmin, com cópia para a revista *Veja*, dizendo que ele precisa ser mais bem informado; que aqui em Santa Catarina, onde o PSDB tem o vice-governador, defende fervorosamente s.exa., o governador, nesta Casa e que o seu partido ajudou a criar 56 secretarias, quase o dobro do que o Lula tem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Como policial militar por 21 anos e agora como policial militar da reserva, quero dizer que, com relação à questão levantada nesta Casa pelo presidente do Sintrases, depois pelo deputado Marcos Vieira, acho justo que a Assembléia Legislativa queira uma informação a respeito da denúncia feita aqui.

Mas como não entendo, gostaria de perguntar para a nossa instituição, para os seus comandantes, os motivos pelo qual um major é comandante do 4º Batalhão. Estou falando em defesa da instituição, porque todos nós sabemos que comandante de batalhão é cargo de tenente-coronel, principalmente sendo batalhão da capital do estado, sediado no centro, era mais provável ser comandado por um coronel e não por um major.

Então, a solicitação que faço é que a instituição reveja isso, e eu devo registrar que também estranho que quando o atual prefeito da capital era prefeito de São José, o major Newton era o comandante da 2ª Companhia do 7º Batalhão. Agora o sr. Dário Berger é prefeito da capital e o major Newton veio para a capital comandar o 4º Batalhão da capital.

Acho que em defesa da instituição é preciso que o comando, aqueles que defendem a instituição, esteja atento para esse detalhe do uso da nossa Polícia Militar, a qual tanto defendemos, talvez por uma pessoa que tenha interesses políticos e até político-partidários no uso dessa instituição e dos sargentos, dos cabos e dos soldados.

Era esta a minha manifestação, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o assunto que mais faz com que eu assumo a tribuna, inclusive isso já foi motivo de uma moção recentemente aprovada em plenário, é a questão das terras de marinha.

Recebi em meu gabinete, na semana passada, uma senhora do município de Porto Belo, que me trouxe dois carnês emitidos pelo Serviço do Patrimônio da União que foram enviados a ela sobre um terreno em Porto Belo que é herança do seu avô. O valor do carnê do ano passado, exercício 2006, era de R\$ 527,00. Neste ano de 2007, essa mesma senhora, que é aposentada, que não é rica, que não é especuladora imobiliária, recebeu o carnê sobre a mesma área no valor de R\$ 5.400,00.

Trata-se de um aumento injustificado, cobrado em razão dessas famigeradas terras de marinha, que surgiram em 1831, sob a justificativa de proteger a costa brasileira das invasões de outras nações hostis daquela época do império brasileiro.

A determinação legal era seguinte: "A área de 33 metros passa a ser propriedade do império". Por que esse cálculo de 33 metros? Porque era o cálculo do quanto uma bala de canhão poderia adentrar ao território se disparasse na distância de três mil metros.

Trata-se de um anacronismo legal, utilizado hoje com verdadeira extorsão fiscal por parte do Serviço do Patrimônio da União, que neste ano passou de qualquer limite, emitindo aumentos de 200%, 300%, 1000% para as pessoas sem qualquer justificativa, porque essa taxa não respeita o Código Tributário Nacional em função da sua natureza de defesa nacional, mas que hoje serve apenas para assaltar o bolso do cidadão do litoral catarinense.

Por conta disso, deputado Kennedy Nunes, estaremos amanhã em Brasília entrando com uma ação direta de inconstitucionalidade, que visa revogar esses aumentos, suspender a cobrança, até que o governo apresente valores mais decentes.

Julgados já têm sido feitos pelos Tribunais Regionais Federais por todo o país e eles têm reiterado o seguinte entendimento: não cabe aumento de taxa de marinha sobre evolução patrimonial, o que importa ao pescador é se o terreno dele valorizou em função da especulação imobiliária. E mais: não se pode querer recuperar a inflação de seis anos numa única oportunidade, fazendo um aumento que é um verdadeiro confisco, um esbulho da propriedade privada, dos detentores de terreno de marinha de todo o litoral.

Muita gente pensa que terreno de marinha é coisa de rico, mas na verdade é que há várias comunidades há muito tempo instaladas lá, pessoas que herdaram áreas, pessoas que moram em casas humildes que ficam perto do mar e com esse tipo de tratamento tributário o governo federal está expulsando as pessoas humildes de perto do mar porque não vão ter dinheiro para pagar valores tão absurdos.

Outra questão muito grave e muito séria que está ocorrendo é em relação às ilhas costeiras. O deputado federal Edson Andrino foi sempre um batalhador por esta causa e conseguiu ver aprovada, no ano de 2005, a Emenda Constitucional n. 46. Esta emenda exclui do patrimônio da União as ilhas costeiras sede de município. Alguns casos no Brasil: as Ilhas de São Luis do Maranhão, de Vitória do Espírito Santo, de São Francisco do Sul e a Ilha de Santa Catarina, onde se localiza a parte insular da nossa Florianópolis. Mas o Serviço de Patrimônio da União, desrespeitando o mandamento constitucional, continuou a emitir carnês, inclusive para quem mora na Lagoa da Conceição. Ou seja, para o Serviço de Patrimônio da União a Lagoa da Conceição virou mar. Isso faz com que várias pessoas que não têm mais que pagar estejam pagando valores absurdos e reajustados de maneira indefensável.

Em Vitória do Espírito Santo já houve uma decisão da Justiça Federal em ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal que suspendeu a cobrança na ilha.

Nós, na semana passada, apresentamos junto ao Ministério Público Federal, no sentido de que na nossa Santa Catarina se tenha a mesma posição já tomada no Espírito Santo.

A Constituição é clara: as ilhas não fazem mais parte do patrimônio da União e sobre elas não pode ser cobrado nenhum tipo de taxa, de aforamento. Mas o que se fez com aqueles proprietários - e são 27 mil proprietários de imóveis e terras de marinha no nosso litoral - é um verdadeiro terrorismo tributário!

Há um livro que é um *best seller* da literatura que se chama *O Processo*, do grande autor Franz Kafka. Naquele processo o sujeito não sabia por que era processado, por quem era processado, quais eram as regras do processo e vivia uma situação altamente dramática.

Pois bem: o cidadão do nosso litoral está-se vendo hoje dentro de um livro de ficção, porque receber em sua casa um aumento de mais de 1.000% sem razão, sem justificativa e sem comando legal, é algo que não dá para admitir.

Então, atendendo à nossa solicitação, o diretório nacional dos Democratas está tentando de elaborar esta tarde a Adin e nós amanhã estaremos lá, juntamente com o presidente nacional do nosso partido, o deputado Rodrigo Maia, como também com o deputado federal Paulo Bornhausen, entregando a ação ao Supremo Tribunal Federal, que esperamos ver prosperar.

As pessoas que hoje têm na sua casa esses carnês com aumentos absurdos e que não sabem como proceder, vai aqui, aproveitando a TVAL, aproveitando a imprensa, uma orientação: é possível buscar junto à Justiça Federal, ao Juizado Especial Federal ações de suspensão do pagamento com valores absurdos, retroagindo ao pagamento adotado em 2006. Várias decisões na Justiça Federal já seguiram essa linha e o cidadão hoje, até que venha uma decisão definitiva que abranja todos, e assim esperamos, pode entrar com ações individuais e não pagar essa barbaridade.

Deputado Reno Caramori, para que v.exa. tenha uma idéia, essa senhora que passou de R\$ 570,00 para R\$ 5.400,00 o valor da sua taxa de marinha, tem que depositar a primeira parcela para poder recorrer junto ao SPU. O valor da primeira parcela é de R\$ 540,00, justamente o que pagava pelo ano inteiro de 2006. Então, é uma situação que não dá para admitir.

Assim sendo, eu quero o apoio de todos os parlamentares desta Casa, pois creio que é uma luta de todos nós em prol do cidadão catarinense sobre algo tão absurdo, ou seja, sobre a coragem e a desfaçatez do Serviço de Patrimônio da União, deputado Edson Piriquito, que deveria cuidar das invasões nas nossas áreas de proteção permanente. Não vejo impedirem invasão de mangue, que invadem todos os dias, em todo o litoral, mas na hora de meter a mão no bolso do cidadão, são rápidos e ligeiros.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não!

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Eu lhe agradeço pela oportunidade e quero parabenizá-lo pela lucidez. Que discurso acertado e irretocável! Quero me somar a v.exa. nesse movimento do seu partido, para que a justiça possa ser feita. Não podemos admitir que de uma hora para outra um imposto varie num percentual de até 1.400%! Isso é um absurdo, não é este o país que queremos! Queremos um país sério, que planeje e prepare a nossa comunidade para poder responder à altura de um ato desses.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Deputado Edson Piriquito, convido v.exa., que é um grande líder da região de Balneário Camboriú, da Amfri, para participar, como convidado todos os demais parlamentares e a imprensa, de uma audiência pública que será realizada na Assembléia Legislativa na próxima segunda-feira, dia 2 de julho, na qual iremos discutir, a partir das 19h, todas as questões relativas a essas taxas de marinha.

Relataremos ainda da tribuna o resultado da nossa ida a Brasília, no dia de amanhã, mas certamente na audiência pública poderemos dar voz ao cidadão, junto com os parlamentares desta Casa e das autoridades, para agirmos firmemente para impedirmos mais esse terrorismo fiscal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Romildo Titon.

(Pausa)

Com a ausência do deputado Romildo Titon, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sra. presidente, srs. deputados, nós gostaríamos de nos reportar à audiência pública sobre os Jogos Abertos da 3ª Idade, que são, sem dúvida, um evento importante para o estado de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"No ano passado, a Assembléia Legislativa aprovou projeto de minha autoria que instituiu a os Jogos Abertos da 3ª Idade, cuja regulamentação e realização dependem de ações de governo. Por isso, no início deste mês participei de reunião dos conselheiros da Fundação Catarinense de Desportos (Fesporte), para defender a implementação da Lei Estadual n. 13.846.

Definimos a realização de uma audiência pública, programada para o próximo dia 9, nas dependências da Alesc, cujo objetivo é reunir segmentos interessados e os gerentes de esportes das secretarias do Desenvolvimento Regional, que terão importante papel para o sucesso do evento.

A lei visa ao estímulo à prática desportiva entre catarinenses da faixa etária acima de 60 anos, almejando o bem-estar e a saúde dos competidores. Trata-se, obviamente, de competição cujos objetivos não são índices técnicos, como ocorre num PAN ou mesmo nos Jasc. Buscamos sensibilizar quem faz o desporto e os grupos de 3ª idade para uma forma positiva de integrar pessoas que passam a ter mais tempo livre, num período em que costumam deixar o mercado de trabalho, com o benefício da aposentadoria, e tendem a perder em qualidade de vida com a falta de exercício e a reclusão.

Nossa população já conta com 13% de seus cidadãos em faixa etária acima dos 60 anos. A expectativa de vida da gente brasileira, felizmente, já alcança a casa dos 70 anos. Santa Catarina, hoje, tem mais de 500 mil idosos, dos quais 150 mil fazem parte de grupos organizados, com áreas de atuação e objetivos diversificados.

Chegamos ao atual estágio de desenvolvimento porque as gerações que antecedem as pessoas que estão no mercado de trabalho deram sua decisiva contribuição. A elas, por isso, devemos respeito pelo compromisso que tiveram com as gerações futuras. E, de outra parte, todos almejamos vida longa com qualidade, o que significa, principalmente, saúde.

Uma competição da 3ª idade tende a ser organizada e deve fomentar amplo debate sobre as modalidades em disputa, mas certamente motivará muitos catarinenses acima de 60 anos e irá gerar benefícios para o comércio, o turismo e os setores de serviços, com repercussão positiva a toda a comunidade."

Portanto, na segunda-feira, dia 9 de julho, estaremos, a partir das 9h, na Assembleia Legislativa realizando esse evento para discutir os Jogos Abertos da 3ª Idade. Para esse evento estão todos convidados, ou seja, os clubes de terceira idade do estado de Santa Catarina, a área desportiva, os professores de educação física, enfim, todos aqueles que têm a ver com o esporte estão convidados para participar dessa audiência pública na Assembleia Legislativa.

Queremos também aqui nos reportar à audiência pública acontecida ontem, na cidade de Canoinhas, município que foi escolhido como sede para representar os produtores de fumo.

Houve três audiências públicas, uma no Rio Grande do Sul, uma em Curitiba e outra em Santa Catarina. Na audiência pública de Santa Catarina estiveram presentes mais de 1.100 produtores de fumo. É, sem dúvida alguma, uma reivindicação justa daqueles que buscam o trabalho para o sustento da sua vida, da sua família. Enfim, foi uma audiência pública na qual tivemos a presença do deputado federal Celso Maldaner, que muito bem a conduziu, juntamente com o deputado federal Adão Pretto, do Rio Grande do Sul.

Portanto, o único deputado federal de Santa Catarina presente na audiência pública foi o deputado Celso Maldaner, que conduziu muito bem o assunto, trazendo propostas para melhorar a venda do fumo, para a intermediação entre as empresas e o produtor rural, sendo apresentadas várias propostas ontem. E a proposta que eu achei que foi a mais coerente foi a contratação, por parte do ministério da Agricultura, através do ministro Reinold Stephanes, que é natural de Porto União, Santa Catarina, de convênios com a Cidasc, com a Epagri e com associações e sindicatos, a fim de que eles determinem uma pessoa para fazer a classificação do fumo, para que o produtor rural tenha uma preço justo.

Nós queremos também, ao nos reportarmos ao planalto norte, manifestar a nossa solidariedade à família Ribas pelo fato ocorrido no município de Papanduva com Natanael Ribas, duas vezes prefeito daquele município, que foi covardemente assassinado na porteira da sua fazenda com dois tiros: um no coração e outro no crânio.

Em solidariedade ao povo de Papanduva, que tem hoje o seu filho Humberto Ribas como prefeito, eleito pela segunda vez, temos que lamentar tal fato. Devemos nos solidarizar com a família Ribas, com o prefeito Humberto, com o povo de Papanduva, uma vez que Nataniel Ribas foi, sem dúvida, o grande promotor do desenvolvimento daquele município. Para lá levou o desenvolvimento e fez com que fosse hoje um dos municípios que mais cresce no planalto norte. Por todos esses motivos, a nossa solidariedade a família de Nataniel Ribas.

É de grande importância também que nós, que estamos na Assembleia Legislativa, tenhamos propostas para o povo catarinense. Participamos das audiências públicas para o Orçamento Regionalizado, nas quais tivemos a inclusão da remodelação do Hospital Santa Cruz, que não é um hospital regional de nome, mas é um hospital regional de fato, pois atende todas as emergências do planalto norte.

Nós colocamos ainda a construção de um centro de eventos em cada município, com uma área proporcional ao município. Não podemos construir grandes arenas em municípios pequenos, mas em municípios que tenham proporção para um centro de eventos.

Temos também no Orçamento Regionalizado, na área da infra-estrutura...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, cumprimento também todos os que nos assistem através da TVAL.

Há mais um menos um mês e 45 dias, eu e alguns outros deputados estivemos em Joinville, em uma audiência pública, para debater a questão do Hospital Materno-Infantil, construído com recursos do estado, altamente moderno e que vai atender não só a população joinvilense, mas todos os catarinenses e, de forma especial, aqueles que drenam naturalmente para a região de Joinville, ou seja, todo o planalto norte e o norte de Santa Catarina.

Esse hospital é chamado de materno-infantil justamente porque no Brasil, infelizmente, aproximadamente 25% das gestantes são parturientes com menos de 18 anos. Pela legislação, essas gestantes são tratadas como crianças e também como gravidez de alto risco. Por isso, naquele hospital, que está sendo implantado aos poucos, a sua parte funcional está praticamente inaugurada, há uma preocupação do governo em como fazê-lo funcionar adequadamente.

Certamente os srs. deputados, assim como a sociedade catarinense, assistiram nos grandes jornais à movimentação dos hospitais referência em São Paulo, em Fortaleza, hospitais públicos, normalmente nas capitais, em que uma grande quantidade de pacientes do interior do estado a eles acorrem. Como acontece aqui em Santa Catarina, o fato se repete por todo o Brasil, onde o serviço prestado no interior, certamente com deficiência, tem cotas dos governos federal, estadual e municipal, mas normalmente a prestação do serviço no município é entendido como se fosse exclusivamente do governo federal ou do governo do estado, que nada tem a ver com o governo municipal, ou seja, as prefeituras entendem que a saúde é um problema da União ou do estado. Elas investem apenas a quantia que recebem do estado e da União, mesmo com a Emenda Constitucional n. 29, que obriga os municípios a investirem 15%.

O que acontece, na prática, é que muitas vezes os especialistas da execução orçamentária burlam essa execução falseando os 15%, mesmo não tendo sido investidos volume de recursos correspondentes a esse percentual.

Diante de toda essa questão na saúde que o governo quer ver resolvida, diante do clamor popular, muitas vezes o governo precisa ser ágil no atendimento, seja para contratar funcionários especializados, seja para contratar serviços temporários por profissionais altamente qualificados, ou para fazer compras de materiais especiais para algum procedimento, como é o caso de procedimento cirúrgico.

Aliás, aqui desta tribuna foi mostrado que um cirurgião de um hospital aqui da capital teve que substituir produtos, substâncias ou equipamentos que deveriam ser usados. Essa substituição ocorreu por falta do material que normalmente o hospital deveria ter.

Diante disso, o governo do estado então diz "não". No Hospital Regional de Joinville, apesar de ser um hospital público, será feito diferente. Ele é público, é do estado, mas para garantir que aquele hospital funcione como funciona qualquer outra entidade privada ou pública, para que se possa atender todas as necessidades, vamos fazer a contratação de uma equipe não pública, de uma organização social que irá contratar os serviços, fazer as compras, enfim, fazer tudo para que o hospital funcione adequadamente. Inclusive para que essa equipe venha a valorizar, e muito, os funcionários que há muito tempo trabalham em vários hospitais de Joinville e região, que têm muita experiência, mas que se fossem prestar concurso público poderiam não ser os melhores classificados, em detrimento daqueles que saíram dos bancos escolares recentemente. Esse era o compromisso inicial, este era o compromisso original.

Houve então essa audiência pública para dizer "não" ao governo, para ser contra o governador, porque isso estaria indo contra a sociedade catarinense, porque estaria indo contra a necessidade de tanta gente que precisa correr para o serviço público.

E aí a minha grande surpresa, e por isso ocupo a tribuna, e não quero fazer propaganda aqui da Revista *IstoÉ*, mas nas páginas de entrevista, nas páginas vermelhas, há uma entrevista com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, ministro do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT.

(Passa a ler)

"[...]

Agora, ele resolveu comprar briga com os médicos e servidores do seu próprio ministério: Temporão pretende alterar a forma de administração dos hospitais públicos. Sua ideia é criar uma fundação que gerisse esses hospitais com regras do setor privado. Nessa nova lógica, os médicos e demais funcionários perderiam a estabilidade que o serviço público garante. Passariam a ser contratados pela CLT e poderiam ser demitidos a qualquer momento. Para Temporão, é a segurança da estabilidade, associada com a burocracia da administração pública, que torna ineficientes o atendimento e o funcionamento de muitos hospitais do Sistema Único de Saúde".[...] [sic]

Isto é mais ou menos para colocar aqui que não é o que o governador do estado quer fazer, pelo contrário, ele quer valorizar tanto os médicos, quanto as enfermeiras, os atendentes, os técnicos de saúde de Joinville para ocupá-los adequadamente no Hospital Materno-Infantil. Mas quer dar também a capacidade da administração do hospital para não deixá-la engessada em formas burocráticas, em que muitas vezes o mais prejudicado é o paciente e a sua família.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Serafim Venzon. Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de anunciar a presença do sr. Francisco Greselle, representando o Sicoob do município de Canoinhas. Seja bem-vindo a nossa Casa e sinta-se à vontade para fazer uso do Parlamento Catarinense.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Feito o registro, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente e srs. deputados, ocupo a tribuna novamente porque na minha fala anterior eu não consegui explicar, o tempo foi insuficiente, o que foi levantado hoje pelo deputado Kennedy Nunes, a quem respeito muito, líder da bancada do PP.

Por falta de informação creio eu e não por maldade, o deputado levantou a questão da Festa do Pinhão que eu, muito rapidamente, consegui responder.

Quero aqui, no encerramento da sessão, deputados Sargento Soares, Professor Grando, Serafim Venzon, Edson Piriquito e Ana Paula Lima, aproveitar para esclarecer toda a situação que se passa para a opinião pública, que se passa para as pessoas, que se passa para o cidadão que está na outra ponta nos assistindo, acompanhando-nos, de que há uma discriminação com a serra, com Lages, de que as coisas não acontecem, de que o tratamento é diferenciado com o prefeito Renatinho, que é de outro partido, o que não é verdade.

Sobre o repasse da Festa do Pinhão do ano passado houve um equívoco de prestação de contas, por parte da prefeitura, do recurso recebido para a realização do carnaval, e o próprio prefeito, neste Parlamento hoje, em conversa fora do plenário comigo e com os deputados Kennedy Nunes e Joares Ponticelli, esclareceu aos dois que em momento algum houve culpa do governo do estado, mas sim um problema de prestação de contas, que a própria prefeitura, no momento em que solucionou, preferiu juntar o que tinha do ano anterior à Festa do Pinhão, com a liberação deste ano da festa, que é um valor de R\$ 400 mil.

Quero aqui esclarecer que houve sempre a boa vontade do governador Luiz Henrique da Silveira. E não vim aqui falar, deputado Sargento Amauri Soares, que me disseram que já foi depositado o dinheiro da Festa do Pinhão no valor de R\$ 400 mil, ou que ouvi falar que o dinheiro da Festa do Pinhão já está na conta. Aquela historinha de ouvi dizer, não! Eu não ouvi dizer! Está aqui o recibo de depósito, o comprovante bancário de quinta-feira passada, no valor de R\$ 400 mil! Ninguém me disse. Está aqui o comprovante do depósito! Eu não ouvi ninguém falar. Está aqui o comprovante de depósito!

Para deixar bem claro a toda a sociedade e a este Parlamento a seriedade do governador Luiz Henrique da Silveira com a nossa terra e com Lages, em todos os projetos, quando chamado, o governador esteve conosco. Posso escrever que foram centenas e centenas de projetos.

Há alguns dias, deputada Ana Paula Lima, foi entregue a ordem de serviço do início da obra, para mostrar a grandeza do governador Luiz Henrique da Silveira, ligando, numa parceria com a Baesa, Anita Garibaldi ao Rio Grande do Sul. Foi uma conquista da secretaria do Desenvolvimento Regional, porque isso não estava na compensatória da construção da hidrelétrica - e o deputado Professor Grando sabe muito bem disso -, foi o resultado de uma parceria, depois de mais de 12 reuniões, das quais participamos como secretário do Desenvolvimento Regional, sempre falando em nome do governo, diferentemente do Rio Grande do Sul, que em 12 reuniões mandou 12 pessoas diferentes, que nem sabiam qual era o assunto seguinte.

Por isso nós conseguimos entregar a ordem de serviço para o início da pavimentação ligando Anita Garibaldi ao Rio Grande do Sul, numa extensão de 13 quilômetros e meio, dos quais dez quilômetros e meio serão realizados pela Baesa, numa parceria que foi uma conquista de confiança. Num ato de grandeza, o governador Luiz Henrique da Silveira cancelou toda a sua agenda. Se fosse outro governador qualquer, talvez tivesse cancelado o evento pelo falecimento e enterro do prefeito de Papanduva. Liguei para o governador mostrando interesse com a nossa região dizendo: "Governador, o que fazemos? Vamos cancelar o evento?" Disse ele: "Não é por minha causa que esse laudo não vai sair. Eu sou uma peça a mais do processo. O evento tem que acontecer e a autorização tem que ser dada".

Isso mostra a grandeza do governador, que mesmo não participando autorizou-nos a fazer o evento para concretizar o sonho de Anita Garibaldi, onde talvez o mais otimista dos sonhadores era pessimista. E conseguimos dar a ordem de serviço.

Então, que se faça justiça à ação do governador Luiz Henrique da Silveira em nossa região. E quando se fala da serra catarinense, de Lages, dos municípios da região, posso muito bem falar porque eu conheço. Convivi, vivi toda essa época da descentralização.

Outro assunto falado aqui na tribuna foi sobre as subvenções sociais. O deputado Kennedy Nunes tratou subvenção social como dinheiro jogado no ralo. Não é assim, não! Subvenções sociais são recursos repassados para entidades que, até prova em contrário, são sérias.

Quero aqui citar algumas das ações que estão acontecendo no estado de Santa Catarina graças às subvenções sociais. Deputada Ada De Luca e deputados Edson Piriquito e Professor Grando, lá no interior de São José do Cerrito, na localidade de Salto dos Marianos, descobrimos um poço artesiano há mais de três anos perfurado e a comunidade não tinha água potável. Nós procuramos meios de arrumar água potável com R\$ 16 mil de uma subvenção social! Não há nada de errado. Ao contrário: 64 casas têm água potável e encanada no interior de São José do Cerrito em função da subvenção social.

Nós agora descobrimos - e vai sair a subvenção social, deputada Ada De Luca, e acho que não há nada de errado - que o hospital de Otacilio Costa não tem lavanderia porque ela quebrou. E com recursos da subvenção social nós vamos recriar a lavanderia que é essencial ao hospital.

No laboratório de DNA, em Lages, de que se fala tanto - e agora vamos trabalhar com genoma, com análises genéticas, DNA para todo o estado e para o Tribunal de Justiça -, grande parte dos recursos, que não saíram por convênio da secretaria da Saúde, foi de subvenção social.

E eu tenho certeza de que os nobres parlamentares que aqui estão, quando buscam uma entidade para dar uma subvenção social, procuram entidades sérias, que têm reconhecimento público, que têm endereço e que fazem um trabalho sério. E já passamos recursos de subvenção social para uma casa de idosos, que se não fosse a subvenção social mais de 25 ou 26 idosos estariam na rua.

Então, nós temos que colocar que tudo que é liberado possui um critério e uma lei. Nada é para fantasma. A subvenção social não é para aventar ações para fantasmas, para desvio de recursos porque existe um critério muito forte na secretaria da Fazenda de análise de tudo o que é liberado.

Assim, aproveito estes minutos finais desta sessão do dia de hoje para que se faça justiça, porque daqui a pouco vai-se plantar, lá no outro lado, que a subvenção social é uma contravenção. Porque isso já foi falado. Uma vez um prefeito disse para mim assim: "É bom que o senhor vá como deputado, porque agora vai poder liberar um monte de contravenção para nós". Não! nós liberamos subvenção e não trabalhamos com contravenção. É isso que queremos deixar registrado!

E eu quero voltar à tribuna amanhã, se Deus quiser, para falar da audiência da telefonia pública e comentar o belo discurso da deputada Ada De Luca hoje, que falou da centralização. Foi um belo discurso, eu o acompanhei, com grande conteúdo para ser debatido nesta Casa.

E eu quero, amanhã, se Deus quiser e permitir, voltar a esta tribuna para discorrer sobre a centralização que acontece em nosso Brasil e falar um pouquinho da telefonia móvel e fixa e da audiência pública que vai acontecer aqui na Assembléia Legislativa, no Auditório Antonieta de Barros, na quinta-feira, a partir das 14h. E na oportunidade a população e nós teremos a oportunidade de reclamar, mostrar e cobrar uma melhor qualidade dos serviços de telefonia pública tanto móvel como fixa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado!

De acordo com o art. 108 do Regimento Interno, esta Presidência comunica que serão as seguintes as matérias destinadas à pauta da Ordem do Dia da 49ª Sessão Ordinária, de 27 de junho de 2007:

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0019/2007;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0039/2007;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0064/2007;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0107/2007;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0109/2007;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0142/2007;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0143/2007;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0075/2007.

Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em homenagem aos empregados, técnicos e dirigentes da Cidasc, do Conselho Regional de Medicina Veterinária e do Icasa pela conquista, pelo estado de Santa Catarina, do certificado internacional de zona livre de febre aftosa sem vacinação.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 012ª SESSÃO SOLENE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2007 ÀS 19H PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

HOMENAGEM AOS EMPREGADOS, TÉCNICOS E DIRIGENTES DA CIDASC, DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA E DO ICASA NA CONQUISTA PELO ESTADO DE SANTA CATARINA DO CERTIFICADO INTERNACIONAL DE ZONA LIVRE DE FEBRE AFTOSA SEM VACINAÇÃO
PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO MARCOS VIEIRA
SUMÁRIO

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Enaltece o trabalho de todos os profissionais envolvidos na conquista do certificado de zona livre de febre aftosa sem vacinação.

PLÍNIO SMIDERLE - Como presidente do Sindicato dos Servidores da Cidasc, ressalta os 42 anos de luta para que Santa Catarina desfrute hoje do *status* de área livre de febre aftosa sem vacinação.

GÉCIO HUMBERTO MELLER - Frisa o orgulho profissional e funcional da Cidasc e a responsabilidade de manter o patamar sanitário adquirido pelo estado.

GERSON CATALAN - Salieta a qualidade do trabalho técnico catarinense e afirma a necessidade de investimento público para a manutenção do *status* sanitário.

MOACIR TONET - Em nome do Conselho Regional de Medicina Veterinária, destaca o valor dos profissionais técnicos na conquista do certificado conferido pela OIE a Santa Catarina.

SECRETÁRIO ANTÔNIO CERON - Transmite o reconhecimento do estado pela excelência do trabalho realizado pela Cidasc e seus parceiros na conquista do certificado de zona livre de febre aftosa sem vacinação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Convido os srs. deputados Romildo Titon, Reno Caramori e Moacir Sopelsa para conduzirem até o plenário as excelentíssimas autoridades que irão compor a mesa e que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo sr. Antônio Ceron, secretário do estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, neste ato representando sua excelência, o sr. governador do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. deputado Marcos Vieira, líder do PSDB na Assembléia Legislativa e autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene;

Sr. Gécio Humberto Meller, presidente interino da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola do Estado de Santa Catarina - Cidasc;

Sr. Moacir Tonet, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária;

Sr. Gerson Catalan, representando o Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária - Icasas;

Sr. Plínio Smiderle, presidente da Associação dos Servidores da Cidasc, representando neste ato os funcionários da empresa.

Constituída a mesa, excelentíssimas autoridades, sras. deputadas e srs. deputados, a presente sessão foi convocada por proposição do sr. deputado Marcos Vieira, líder da bancada do PSDB, com a aquiescência dos demais parlamentares, em homenagem aos empregados, técnicos e dirigentes da Companhia Integrada de Desenvolvimento

Agrícola de Santa Catarina - Cidasc - e aos parceiros: Conselho Regional de Medicina Veterinária e Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária - Icasas - pela conquista, pelo estado de Santa Catarina, do Certificado Internacional de zona livre de febre aftosa sem vacinação, outorgado pela Organização Mundial da Saúde Animal - OIE.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos o hino nacional, interpretado pelo coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

Gostariamos, neste momento, de convidar o deputado Marcos Vieira, proponente desta homenagem, para que assuma a condução dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Antes de darmos continuidade à presente sessão, eu gostaria de convidar os deputados Romildo Titon, Moacir Sopelsa e Reno Caramori para fazerem parte da mesa.

Gostaria de registrar também as seguintes presenças:

Ex-deputado Gelson Sorgato, diretor-geral da secretaria de estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural;

Sr. Alceu Gaio, diretor-geral da secretaria de estado da Infra-Estrutura;

Sr. tenente-coronel Wilson da Costa Neves Filho, representando o comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Sra. tenente Fernanda Guimarães Campos Cardoso, representando neste ato o comando da Base Aérea de Florianópolis;

Sr. Arcenio Patrício, representando o Conselho Regional de Administração - CRA;

Sr. Nelton Rogério de Souza, vice-presidente da Federação da Agricultura, representando neste ato o presidente, sr. José Zeferino Pedroso;

Sr. Francisco Casteeli, representando a secretaria de Defesa Agropecuária;

Engenheiro agrônomo Jorge Dotti Cesa, diretor-presidente do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina;

Sr. Glauco Olinger, ex-secretário de estado da Agricultura.

Neste momento, teremos a apresentação de um vídeo sobre o histórico do combate à febre aftosa em Santa Catarina.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Registro ainda a presença do sr. deputado estadual José Natal; do sr. Wolmir de Souza, presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos e do sr. Ditmar Alfonso Zimath, diretor da Epagri, neste ato representando a presidência da empresa.

Convido o sr. deputado Moacir Solpesa, presidente da comissão de Agricultura e Política Rural desta Casa, para assumir a condução dos trabalhos desta sessão para que eu possa, na condição de deputado autor do requerimento, fazer o meu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOLPESA - Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Excelentíssimo sr. Antônio Ceron, digníssimo secretário de estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, neste ato representando o sr. governador do estado, Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo sr. Gécio Humberto Meller, digníssimo presidente interino da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola do Estado de Santa Catarina - Cidasc;

Excelentíssimo sr. Moacir Tonet, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária;

Excelentíssimo sr. Gerson Catalan, representando o Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária - Icasas;

Excelentíssimo sr. Plínio Smiderle, presidente da Associação dos Servidores da Cidasc, representando neste ato todos os servidores da empresa;

Excelentíssimos srs. deputados estaduais Romildo Titon, Reno Caramori, Moacir Sopelsa e José Natal;

Senhoras e senhores, sobretudo servidores e técnicos da Cidasc, representantes do Icasas e do Conselho Regional de Medicina Veterinária.

(Passa a ler.)

"A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina tem a satisfação de receber nesta Casa um time de profissionais de primeira qualidade, ao qual se deve a conquista do certificado de zona livre de febre aftosa sem vacinação concedido a Santa Catarina, decisão unânime da Organização Internacional de Saúde Animal, com sede em Paris, e que significa muito para a economia catarinense.

Este certificado, que atende às exigências do mercado global cada vez mais atento à qualidade e à segurança sanitária dos produtos de origem animal, significa progresso. A expectativa da abertura de novos mercados internacionais cria a oportunidade para o crescimento da produção animal. Imediatamente se aumenta a rentabilidade dos produtores rurais e da agroindústria e conseqüentemente o surgimento de novos postos de trabalho em todos os setores produtivos. É difícil mensurar o alcance deste efeito cascata na nossa economia, mas até os leigos já compreendem que este passo foi suficiente para movimentar toda a engrenagem econômica de nosso estado.

Porém quem lê as manchetes de jornal e comemora o avanço nem sempre tem consciência de que o *status* de zona livre da febre aftosa sem vacinação foi duramente perseguido durante décadas por profissionais zelosos que se doaram para que isto acontecesse.

Esta sessão solene tem por objetivo homenagear os maiores responsáveis por esse feito. Os funcionários da Cidasc - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, o Icasas - Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária e o Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina. Profissionais que há quase três décadas têm cumprido o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, escrevendo com suas próprias mãos uma história de esforço e vitória.

Os aqui presentes sabem os desafios enfrentados para vigiar nossas fronteiras, montar barreiras e conscientizar o produtor rural de que vigiar, embora fosse a solução mais rápida, nem sempre era a melhor saída. Estes obstinados funcionários têm, por certo, muitas lembranças de dias e noites acampados embaixo de lona, isto mesmo, apenas com uma lona sobre a cabeça, sem sequer uma barraca ou qualquer outra proteção. E também sob o sol ou chuva, frio ou calor. Vigias incansáveis das estradas de Santa Catarina, enfrentando momentos de crise, algumas vezes, como assistimos no vídeo, recorrendo, inclusive, à ajuda da Polícia Militar e Civil do Estado de Santa Catarina, do Exército brasileiro e da Polícia Rodoviária Federal e Estadual.

Casos extremos foram registrados, durante os quais decisões drásticas precisaram ser tomadas, como inutilizar toneladas de carne para proteger o nosso território da febre aftosa, ameaça silenciosa que afetava constantemente os produtores rurais, os empresários, minando a produtividade de seus rebanhos, as atividades comerciais do setor agropecuário, alarmando o consumidor e a sociedade em geral e fechando definitivamente as portas para o mercado exterior. A aftosa onerava os cofres públicos pela necessidade constante de investimentos cada vez maiores em erradicação, prevenção e controle. O vírus da aftosa destruía a confiabilidade dos rebanhos catarinenses.

Para afastar esta ameaça ao bem-estar e à saúde pública, esta forte equipe preparada tecnicamente, representada aqui nesta noite, atuou, dia após dia, não só no controle de trânsito de animais, produtos ou subprodutos de origem animal, mas também em feiras, leilões e exposições, fazendo tudo que fosse necessário para conquistar este importante certificado.

O certo é que jamais teríamos alcançado o reconhecimento internacional da qualidade dos nossos rebanhos sem o empenho desses homens e mulheres, haja vista que Santa Catarina é o único estado brasileiro a conseguir tal feito. Contudo, o que mais nos sensibiliza, é que estes funcionários, longe da mídia, sem pensar em projeção pessoal ou em lucro financeiro, dedicaram-se a atingir um importante objetivo coletivo pelo simples prazer do dever cumprido.

Somos conscientes de que ao receber este certificado, Santa Catarina selou um compromisso com o mundo e para honrá-lo necessitamos manter essa parceria. Sei que esta é a expectativa da Cidasc, do Icaso, do Conselho de Medicina Veterinária, dos produtores rurais, da agroindústria e da sociedade catarinense. Precisamos preservar a condição sanitária conquistada a duras penas, além de garantir a continuidade dos esforços para implementação de outras ações necessárias para o fortalecimento do nosso setor produtivo no enfrentamento de futuros desafios.

Por fim, em nome deste Parlamento, agradeço a esses profissionais e aos seus familiares pela dedicação sem limite com a qual beneficiaram, direta ou indiretamente, a sociedade catarinense."

Parabéns!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Retorno a condução dos trabalhos ao deputado Marcos Vieira, autor desta homenagem à Cidasc.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Convido o sr. Plínio Smiderle, presidente da Associação dos Servidores da Cidasc, para fazer uso da palavra em nome de todos os servidores da empresa.

O SR. PLÍNIO SMIDERLE - Antes de tudo, quero aqui render uma homenagem a um colega, técnico vigilante da Sanidade Vegetal, tragicamente falecido na última sexta-feira quando se dirigia do serviço para casa, meu colega Marcelo Antônio Saker.

Excelentíssimo sr. Antônio Ceron, secretário da Agricultura, neste ato representando o governador do estado;

Excelentíssimo sr. deputado Marcos Vieira, proponente desta sessão solene;

Excelentíssimos srs. deputados Moacir Sopelsa, Reno Caramori, Romildo Titon e José Natal;

Sr. Gerson Catalan, representando o Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária - Icaso;

Colegas Gécio Meller, Moacir Tonet e demais autoridades presentes neste plenário. (Passa a ler.)

"Caros colegas cidasquianos,

Em 1967, um exército de pessoas, entre médicos veterinários, vacinadores, extensionistas rurais, saiu a campo vacinando, orientando, ensinando, demonstrando, conscientizando da necessidade de vacinar todos os animais de cada propriedade rural do estado. O meio de transporte era um *jeep* Willis azulão, tração nas quatro rodas, com marcha reduzida. Não havia estrada ruim que barrasse a trajetória do exército da vacinação. Às vezes, acompanhava a equipe de vacinadores um pelotão da Polícia Militar para garantir a vacinação.

Foram 42 anos, quase meio século de luta desse exército sanitário para que hoje o estado catarinense pudesse desfrutar deste *status* de 'área livre de febre aftosa sem vacinação'.

O serviço de Defesa Sanitária Animal exige rapidez nas decisões, agilidade nas ações, presteza nos serviços. Com a criação da Cidasc, em 1979, e as ações a ela atribuídas, a defesa sanitária animal ganhou essa agilidade e a rapidez na mobilização que a atividade exige.

Mas não é só na área animal que a Cidasc mantém constante vigilância. Na área vegetal existe um permanente alerta para manter o controle do Cancro Cítrico, da Vespa da Madeira, da Sigatoka Negra e do Moko da Bananeira. Até hoje a Vigilância Sanitária Vegetal manteve afastada de Santa Catarina a Cídia Pomonela, que afeta a macieira e todas as frutas de caroço. Hoje, Santa Catarina é o único estado do Brasil livre do Nematóide de Cisto da Soja, que tantos prejuízos causa à sojicultura brasileira. A vigilância agora está voltada para impedir a entrada da Mosca Negra e a Mosca do Mediterrâneo, devastadoras pragas da fruticultura.

O exército de vigilantes sanitários da Cidasc continua em alerta permanente para manter o estado livre dessas pragas e doenças. O *status* sanitário que hoje alcançamos é fruto do trabalho, da dedicação, da assiduidade, da garra dos quase 2.000 trabalhadores da Cidasc, entre próprios, à disposição e terceirizados. Isso que alcançamos hoje nos traz maiores responsabilidades. Difícil foi chegar até aqui, mais difícil ainda é continuar assim. Nossos desafios são permanentes e agora redobrados.

Senhor representante do governador e srs. deputados, é bom lembrar que a obtenção desses resultados está alicerçada nas atividades de prestação de serviços da Cidasc, as quais geram as receitas necessárias para suprir 100% do custeio operacional da empresa. São as atividades de classificação de produtos de origem vegetal; armazenagem terminal no porto de São Francisco; melhoramento animal; análises laboratoriais e infraestrutura agrícola. Esta última atividade que executa obras de dragagem e captação de água, infelizmente, na última etapa da reforma administrativa, o governo entendeu que não deve permanecer com a Cidasc. Solicitamos aos nobres deputados que reflitam sobre essa decisão e esperamos que ela seja revertida.

Em novembro deste ano a Cidasc completa 28 anos de bons serviços prestados à agropecuária catarinense. Através da Lei n. 9.809, de 26/12/1994, o governo do estado autoriza o Conselho de Política Financeira de Santa Catarina a destinar recursos para que a Cidasc implemente um plano de aposentadoria complementar para seus funcionários. Porém permanece até hoje esse passivo previdenciário com os servidores da empresa. Outras empresas públicas estaduais têm seus planos de previdência complementar em funcionamento há décadas.

Enquanto as outras empresas públicas estaduais têm seus planos de demissão voluntária e incentivada - PDVI -, através dos quais reconhecem o trabalho do funcionário, agradecem o passado de dedicação e promovem a sua saída com dignidade, os servidores da Cidasc são olímpicamente esquecidos e sumariamente descartados.

Em outras empresas públicas, um dos diretores é eleito pelos funcionários, numa demonstração de transparência e democracia efetiva, como determina a Lei n. 1.178, de 21/12/1994. Na Cidasc, esse tipo de gestão compartilhada não é exercida.

Apesar de tudo isso, o ânimo dos funcionários da Cidasc nunca esmoreceu. A busca permanente da qualidade e dos bons serviços tem norteado o trabalho dos servidores da empresa, cujos frutos o estado de Santa Catarina está colhendo, como este certificado internacional, único no Brasil.

Quero registrar a iniciativa do Poder Legislativo, através do deputado Marcos Vieira, de realizar esta sessão solene em homenagem aos empregados, técnicos e dirigentes da Cidasc, pela conquista deste certificado internacional.

Em nome da Associação dos Servidores e em nome dos sindicatos que representam as diversas categorias que compõem o corpo funcional da Cidasc, queremos agradecer pelo reconhecimento público ao trabalho até aqui desenvolvido, na certeza de que de tudo faremos para aprimorá-lo e intensificá-lo.

Para finalizar, srs. deputados, queremos fazer um convite a todos os parlamentares desta Casa para que continuem conosco, para coarar esta magnífica homenagem que calou fundo em nossos corações. Ajudem-nos no cumprimento das duas leis já sancionadas há 13 anos e na implementação do Plano de Demissão Incentivada da Cidasc.

Agradecemos a este Parlamento pela atenção e esperamos continuar contando com o apoio de todos os nobres deputados.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Registro a presença do dr. Rauzo Carpo, presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina, bem como a presença do sr. Luiz Antônio Ramos, presidente e diretor financeiro do Badesc.

Convido o dr. Gécio Humberto Meller para fazer uso da palavra.

O SR. GÉCIO HUMBERTO MELLER - Excelentíssimo sr. Antônio Ceron, digníssimo secretário de estado da Agricultura, neste ato representando o governador do estado:

Excelentíssimo sr. Marcos Vieira, deputado estadual, proponente desta sessão solene;

Excelentíssimos srs. deputados Reno Caramori, Moacir Sopelsa, Romildo Titon e Herneus de Nadal;

Sr. Plínio Smiderle, presidente da Associação dos Servidores da Cidasc;

Dr. Gerson Catalan, do Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária;

Dr. Moacir Tonet, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária.

(Passa a ler.)

"Senhoras e senhores, meus colegas de empresas, é com muito orgulho pessoal, profissional e funcional que ocupo esta tribuna para falar sobre esta epopéia, que é o combate à febre aftosa em Santa Catarina. A resultante dessa atividade é o reconhecimento internacional como zona livre de febre aftosa sem vacinação, que sintetiza a tenacidade do povo catarinense e fruto de 42 anos de luta e de investimentos.

Essa conquista passa pelas autoridades que julgaram que essa situação fosse possível de ser alcançada, como o ilustre governador Celso Ramos, que em 1965 sancionou mensagem aprovada por esta Casa criando a obrigatoriedade do combate à doença da febre aftosa em nosso estado, bem como pelos srs. governadores que o sucederam, pelos srs. secretários de estado da Agricultura, que deram apoio ao grupo técnico para desenvolver as suas atividades; pelos ex-diretores e presidentes de empresas que executaram essa tarefa com muita ombridade e dedicação; pelos proprietários de bovidos que cumpriram com a sua obrigação; pelos profissionais, médicos veterinários e pelos auxiliares que deram tudo de si para que isso se tornasse realidade.

Ao destacar os pioneiros Abel Just e Alberto dos Santos, parabênizo todos os funcionários da Cafasc, Codesa e atualmente Cidasc, que contribuíram e contribuem para o sucesso atual.

Senhoras e senhores, este patamar sanitário obtido aumenta ainda mais as nossas responsabilidades, pois a sua manutenção será tão ou mais difícil do que a sua obtenção. Qualquer fragilização no processo, qualquer desatenção poderá redundar na reintrodução dessa enfermidade com a consequente perda dessa privilegiada e invejável condição. Exemplo desta constante vigilância e atenção foi a ocorrência dos focos de febre aftosa nos estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, quando o governo de Santa Catarina com agilidade decretou estado de emergência sanitária preventiva, com envolvimento de segmentos da sociedade, de produtores, da Polícia Militar, da Polícia Civil, da secretaria da Segurança, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Rodoviária Estadual, da Epagri, do Exército Nacional, das prefeituras municipais e demais segmentos da sociedade.

Graças a este esforço, nos últimos anos conseguimos, com a parceria efetiva do ministério da Agricultura, firmar convênios, os quais nos possibilitaram aprimorar o sistema de defesa sanitária animal no nosso estado.

Também vimos com alegria a efetiva participação da pujante agroindústria catarinense, a qual foi primordial para esta conquista, auxiliando tanto na época da vacinação agulha oficial, cedendo seus funcionários para colaborar na vacinação ou com recursos financeiros. E mais precisamente agora, com a criação do Icasa, que veio ainda mais reforçar nossa estrutura, propiciando melhores condições para a realização das ações de defesa sanitária animal para o estado de Santa Catarina.

Finalmente, gostaria de agradecer aos governadores Luiz Henrique da Silveira e Eduardo Pinho Moreira, que, sensibilizados com o pleito do secretário da Agricultura e dos diretores desta empresa com a carência de recursos humanos, determinaram a contratação de médicos veterinários, auxiliares administrativos e demais categorias profissionais, as quais há muito tempo não eram contratadas.

Senhoras e senhores, Santa Catarina tem na busca da excelência uma forma invejável de se distinguir. Se não somos o maior, procuremos ser o melhor.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Dando continuidade a esta sessão solene, fará uso da palavra o sr. Gerson Catalan, neste ato representando o Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária - Icasa.

O SR. GERSON CATALAN - Excelentíssimo sr. Antônio Ceron, secretário da Agricultura, neste ato representando o governador do estado;

Excelentíssimo sr. deputado Marcos Vieira, autor desse requerimento que homenageia as pessoas e entidades que têm trabalhado nesse processo de defesa sanitária do estado;

Excelentíssimos srs. deputados Romildo Titon, Moacir Sopsela e José Natal;

Excelentíssimo sr. Gécio Humberto Meller, presidente interino da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc;

Excelentíssimo sr. Moacir Tonet, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária;

Excelentíssimo sr. Plínio Smiderle, presidente da Associação dos Servidores da Cidasc;

Excelentíssimos companheiros da Cidasc, do Icasa, independentemente da função que desempenham;

Senhoras e senhores.

(Passa a ler.)

"De 1994 até a presente data, a produção de carnes no Brasil cresceu vertiginosamente, passando de nove milhões de toneladas para acima de 19 milhões de toneladas. Este crescimento coloca o Brasil entre os maiores exportadores de carne no mundo, sendo o primeiro em carne de aves e bovina. Porém, junto ao crescimento de produção, há necessidade de garantirmos a qualidade sanitária do rebanho e da carne produzida. Os mercados internacionais estabelecem critérios rigorosos de controle e prevenção para evitar doenças, estabelecendo verdadeiras barreiras sanitárias com reflexo comercial.

Exemplos recentes de doenças que acometeram rebanhos pelo mundo como a Influenza em aves, a Vaca Louca e a Febre Aftosa nos bovinos, esta em alguns estados brasileiros, afetaram diretamente as exportações de suínos.

Desta forma, é vital para o país que as estruturas oficiais de defesa e vigilância sanitária sejam objeto de investimentos e permanente capacitação técnica.

O reconhecimento pela OIE do estado de Santa Catarina livre de febre aftosa sem vacinação é, sem dúvida, a expressão do trabalho técnico desenvolvido por muitos anos pelo serviço oficial em parceria com a iniciativa privada, como prioridade e importância que o assunto merece na economia do estado e da nação. Um exemplo desta parceria é o Icasa, Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária, com quadro superior a 250 profissionais, destes quase 50% são veterinários, com uma estrutura de trabalho composta de veículos e computadores, todos à disposição da Cidasc.

Lembramos que é a primeira vez que parte do território brasileiro recebeu este reconhecimento. Santa Catarina foi também o primeiro estado brasileiro auditado pelo ministério da Agricultura, com objetivo da regionalização da avicultura e, da mesma forma, foi reconhecida a qualidade do trabalho realizado pelo serviço de defesa sanitária animal. Mas mais difícil do que obter esse reconhecimento é mantê-lo e o esforço para isso deverá ser maior do que o que foi até aqui realizado.

As pretensões não param por aí, pois para a cadeia suínica catarinense o reconhecimento pela OIE não é suficiente para a abertura de novos mercados e esses só serão alcançados com aprofundamento das ações. Somente com a dedicação dos profissionais, neste momento homenageados por esta Casa Legislativa, trabalhando de dia e de noite, com chuva ou sol, visitando propriedades e agroindústrias, fiscalizando, verificando e controlando o rebanho catarinense, torna-se possível almejar o reconhecimento de entidades internacionais e consequentemente conquistar outros mercados consumidores e trazer mais divisas para o estado e para o país.

A produção de carnes suínas, no estado de Santa Catarina, movimentada, anualmente, em torno de R\$ 2,9 bilhões, exporta US\$ 320 milhões, emprega aproximadamente 40 mil pessoas diretamente e indiretamente em torno de 75 mil pessoas. O investimento no Brasil da cadeia suínica produtiva gira ao redor de R\$ 10,7 bilhões, gerando uma receita operacional de R\$ 39,6 bilhões.

Como se vê, a atividade econômica é muito representativa; portanto, os investimentos públicos devem ser da mesma grandeza. O orçamento público deve destinar uma parcela maior ao serviço de defesa e vigilância sanitária, tanto em nível federal, como estadual e municipal, com um quadro de profissionais habilitados e em número adequado, com infra-estrutura necessária ao desempenho dos trabalhos. Enfim, a valorização do serviço é condição essencial à colocação de Santa Catarina e do Brasil no cenário mundial como um país que produz carne com qualidade e segurança sanitária.

O momento pelo qual passamos é singular na história e ao mesmo tempo decisivo para estabelecer uma política de valorização dos serviços de Defesa e Vigilância Agropecuária, perante a comunidade internacional. Se os países importadores não confiarem nos trabalhos realizados, seja por falta de condições estruturais ou por falta de pessoas habilitadas, estaremos fora do mercado mundial, com consequências irreparáveis na cadeia produtiva de carnes.

Portanto, ilustres parlamentares e autoridades públicas, o momento exige uma atenção e direcionamento de investimentos públicos para os serviços de Defesa e Vigilância Sanitária."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Registro a presença do sr. Enori Barbieri, vice-presidente da Faesc, bem como do dr. Francisco Casteeli, representante do ministério da Agricultura em Santa Catarina.

A seguir fará uso da palavra o sr. Moacir Tonet, representando o Conselho Regional de Medicina Veterinária.

O SR. MOACIR TONET - Meus cumprimentos ao deputado Antônio Ceron, digníssimo secretário da Agricultura e Desenvolvimento Rural, neste ato representando o sr. governador do estado de Santa Catarina, sr. Luiz Henrique da Silveira;

Meus cumprimentos ao deputado Marcos Vieira, digníssimo proponente desta justa homenagem, e em seu nome quero cumprimentar todas as autoridades que compõem a mesa, empresários e produtores, homenageados;

Meus cumprimentos ao deputado Moacir Sopelsa, presidente da comissão da Agricultura desta Casa, amigo particular, se assim me permite, conhecedor da agropecuária catarinense e defensor das causas da Medicina Veterinária, e em seu nome quero cumprimentar todos os médicos veterinários e funcionários da Cidasc;

Senhoras e senhores, boa-noite!
(Passa a ler.)

"Em nome de todos os médicos veterinários de Santa Catarina afirmo que somos muito gratos por esta homenagem, pois os médicos veterinários foram realmente os profissionais responsáveis por este reconhecimento internacional.

Compete a esta classe as proposições de medidas profiláticas no controle e na erradicação das enfermidades dos animais, das zoonoses e das antropozoonoses.

Certamente, as medidas recomendadas tecnicamente dependem de ações que transpassam a nossa capacidade individual. De nada adiantariam as nossas recomendações, se os governos federal, estadual e os municipais não normatizassem estes procedimentos técnicos.

Da mesma forma, outros importantes atores estiveram envolvidos no processo, como as agroindústrias - um dos elos essenciais nesta conquista. Para expandir a comercialização de seus produtos, necessitam da certificação de origem e da qualidade sanitária dos animais e dos produtos. Por isso, participam ativamente destas ações, com investimentos e, principalmente, através de apoio político junto aos governos.

Outro ator primordial nesta conquista foi o produtor rural. No início, sem entender o porquê da obrigatoriedade da vacinação contra a febre aftosa, era contrário e, em alguns casos, até intransigente. Muitas reuniões foram feitas, num trabalho pioneiro de educação sanitária. Conseguimos mudar esta posição contrária à vacinação até o momento em que, tecnicamente, recomendamos a retirada da vacinação no estado.

Como médico veterinário e funcionário da Cidasc, quero registrar aqui o meu reconhecimento a todos os colegas. Muitas vezes deixaram seus municípios e suas atividades e deslocaram-se para as barreiras sanitárias, imbuídos do dever de impedir o reingresso da febre aftosa no estado de Santa Catarina, em especial quando houve a ocorrência da doença no Paraná e no Mato Grosso do Sul. Não foram poucas as vezes que renunciaram ao convívio familiar nas datas festivas, como Natal e Ano Novo.

Senhoras e senhores, suamos as camisas! Demos o nosso sangue e demonstramos para a comunidade catarinense - e para o Brasil - a qualidade dos profissionais do nosso estado. Hoje somos homenageados. As estruturas das barreiras nas divisas com o Rio Grande do Sul, com o Paraná e com a Argentina e a dos nossos escritórios foram adequadas. Nossos veículos foram renovados. Porém não podemos descuidar da renovação dos recursos mais preciosos neste processo: os humanos. É fundamental olharmos com mais atenção para o corpo técnico, valorizando os funcionários, principalmente aqueles que já estão em fase final de carreira.

Apesar do trabalho árduo e incessante, somos unânimes em afirmar que manter este *status* sanitário será muito mais difícil do que foi para conquistá-lo. Não é porque alcançamos este patamar único de sanidade, que iremos nos dar o direito de deitar em berço esplêndido. Necessitamos, ou melhor, a sociedade em geral necessita dividir responsabilidades para manter o atual estágio e galgar novas conquistas. Os países

importadores estão fazendo novas imposições aos nossos produtos, como a prática do bem-estar animal.

É fundamental a continuidade de um comprometimento e interação entre toda a cadeia produtiva, a sociedade, os governos, os produtores e os demais parceiros. Pois, creiam, os médicos veterinários de Santa Catarina vão continuar garantindo a sustentação técnica para a manutenção deste *status* e até para a busca de novos horizontes sanitários. Estamos, assim, protegendo nossos produtos no mercado interno e no exterior, proporcionando sustentabilidade a milhares de empregos e a milhares de propriedades rurais, além do desenvolvimento econômico e social do estado de Santa Catarina."

Uma boa-noite e muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) - Neste momento convido o jornalista e radialista Valter Souza para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, muito boa-noite!

Neste momento, o Parlamento catarinense presta homenagem aos funcionários, técnicos e dirigentes da Cidasc e aos parceiros - Conselho Regional de Medicina Veterinária e Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária (Icasa) - pela conquista por Santa Catarina do certificado internacional de zona livre de febre aftosa sem vacinação, outorgado pela Organização Mundial de Saúde Animal, em 25 de maio de 2007.

É o único estado do país.

Convido o sr. deputado Marcos Vieira para fazer a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo de Santa Catarina, ao sr. Plínio Smiderle, neste ato representando os funcionários da Cidasc.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o deputado Romildo Titon para fazer a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo, ao sr. Gécio Humberto Meller, neste ato representando a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Reno Caramori para fazer a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo de Santa Catarina, ao sr. Moacir Tonet, neste ato representando a classe médico veterinária.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos a sr. deputado Moacir Sopelsa, ex-secretário da Agricultura, para fazer a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo, ao sr. Gerson Catalan, neste ato representando o Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento, o Parlamento catarinense homenageia os funcionários da administração regional da Cidasc pela dedicação, competência e responsabilidade demonstradas no trabalho que resultou na conquista do certificado internacional outorgado pela OIE em 25 maio de 2007.

Eu convido o secretário da Agricultura, Antônio Ceron, para fazer as primeiras entregas de homenagem.

Convidamos para receber a homenagem o sr. Josué Pietrowski, representando a regional de Blumenau.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o sr. Ulmerindo Fernandes de Oliveira, representando a regional de Caçador, no vale do rio do Peixe.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o sr. Sálvio Roberto Medeiros, representando a regional de Campos Novos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o sr. Luiz Fernando Jung, representando a regional de Canoinhas.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao secretário Antônio Ceron. Muito obrigado!

Convido o deputado Marcos Vieira para fazer a entrega das homenagens.

Convidamos para receber a homenagem o sr. Paulo Roberto Heine, representando a regional de Chapecó, a capital do oeste do nosso estado.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o sr. Gaspar Giliani, representando a regional de Concórdia.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o sr. Francisco Carlos Marques Torres, representando a regional do Sul de Santa Catarina, Criciúma. (Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o sr. Romeu Ribeiro Torres, representando a regional de Itajaí.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço a presença do deputado Marcos Vieira e solicito ao deputado Romildo Titon que faça a entrega das próximas homenagens.

Convidamos para receber a homenagem o sr. Vitor Antônio Detoni, representando a regional de Joaçaba.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o sr. Fúlvio Goetten, representando a regional de Joinville.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o sr. Solon José Rosa Ribeiro, representando a regional de Lages.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o sr. Luiz Carlos Schewinski, representando a regional de Mafra.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Eu agradeço ao deputado Romildo Titon e peço que o deputado Reno Caramori se coloque aqui à frente para a seqüência das homenagens.

Convidamos para receber a homenagem o sr. Juarez de Campos Freire, representando a regional de Rio do Sul.

(Procede-se à entrega da homenagem.)
(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o sr. Luiz Carlos Rodrigues Martins, representando a regional de São Joaquim.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos, agora, para receber a homenagem o sr. Maurílio Valvassori, representando a regional de São José.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o sr. Hélio Valdir Viero Bortoluzzi, representando a regional São Miguel d' Oeste.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Reno Caramori e solicito que o deputado e ex-secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa faça a entrega das próximas homenagens.

Convidamos para receber a homenagem o sr. Telmo Schimtz Ribeiro, representando a regional de Tubarão.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o sr. Vitor Koroll, representando a regional de Videira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o sr. Jair Bueno de Andrade, representando a regional de Xanxerê.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o sr. Cláudio Orestes Thiesen, representando os funcionários da Cidasc do posto agropecuário de Indaial.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Eu agradeço a presença e a gentileza do deputado Moacir Sopelsa e convido o ex-deputado e ex-secretário da Agricultura de Santa Catarina, Gelson Sorgatto, para fazer a entrega das últimas homenagens.

Convidamos para receber a homenagem a sra. Ana Lúcia Souza Machado, representando os funcionários da Cidasc do Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos para receber a homenagem o sr. Ademir Mendes Cardoso Filho, representando os funcionários do escritório central da Cidasc de Florianópolis.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Eu agradeço ao ex-deputado e ex-secretário da Agricultura Gelson Sorgatto.

Faço um pedido diferente a todos os presentes agora. Neste momento, pedimos um minuto de silêncio pelo falecimento de Marcelo Antônio Saker e a todos os falecidos que colaboraram para o combate da febre aftosa em Santa Catarina.

(Procede-se a um minuto de silêncio.)

Obrigado pela compreensão dos senhores.

A seguir, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, através do coral deste Poder, homenageia todos com a música *Andança*, de Danilo Caymi, Edmundo Souto e Pulinho Tapajós e arranjo de José Beltrão Júnior, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação da música.)

(Palmas)

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Convido para fazer uso da palavra o sr. Antônio Ceron, secretário de estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, neste ato representando o sr. governador Luiz Henrique da Silveira.

O SR. ANTÔNIO CERON - Excelentíssimo sr. deputado estadual Marcos Vieira, líder do PSDB e autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene;

Excelentíssimo sr. Gécio Humberto Meller, presidente interino da nossa Cidasc;

Excelentíssimo sr. Moacir Tonet, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária;

Excelentíssimo sr. Gerson Catalan, representando o Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária - Icasas;

Excelentíssimo sr. Plínio Smiderle, presidente da Associação dos Servidores da Cidasc;

Excelentíssimo sr. deputado estadual Romildo Titon;

Excelentíssimo sr. deputado estadual Moacir Sopelsa, ex-secretário da Agricultura;

Excelentíssimo sr. deputado estadual Reno Caramori;

Demais deputados Antônio Aguiar, Herneus de Nadal, José Natal e todos os srs. deputados que participam desta sessão solene, autoridades e convidados.

É com muito orgulho que, como secretário de estado da Agricultura, neste ato representamos o sr. governador do estado, Luiz Henrique da Silveira, que, por estar em viagem fora do estado, não pôde estar presente e pediu que nós transmitíssemos aqui a todos os presentes o reconhecimento e o sentimento do governo do estado de Santa Catarina por este momento muito importante que Santa Catarina vive, fruto do trabalho de décadas de muitas pessoas, de muitas entidades, de muitas lideranças, que fizeram com que o estado estivesse, hoje, nesse estágio.

Mais que um pronunciamento, caro deputado Marcos Vieira, quero fazer alguns reconhecimentos e agradecimentos. Primeiramente, à Assembléia Legislativa, pela sessão de hoje que oportuniza que as pessoas que no anonimato, ao longo do tempo, trabalharam, e trabalham, por Santa Catarina pudessem aqui, por intermédio dos seus representantes, ver esse trabalho e essa dedicação reconhecidos na Casa do Povo de Santa Catarina.

Ao governador Luiz Henrique da Silveira e, em seu nome, a todos os governadores do estado que nos seus mandatos contribuíram muito também para que Santa Catarina estivesse com esse título que orgulha todos nós.

De maneira muito carinhosa, a todos os ex-secretários da Agricultura. E aqui nomeio ex-secretários e ex-deputados: os amigos Gelson Sorgatto, Moacir Sopelsa, Odacir Zonta e Felipe da Luz, que nos últimos meses foi secretário. Em nome deles, também a nossa homenagem a todos os ex-secretários da Agricultura do estado de Santa Catarina.

Estou vendo o dr. Francisco muito acanhado. Gostaria que o senhor se levantasse porque eu quero, em seu nome, que representa aqui no estado o ministério da Agricultura, fazer um reconhecimento público à parceria e ao apoio que sempre tivemos do ministério da Agricultura, do ministro Luís Carlos Guedes Pinto e do atual ministro Reinhold Stephanes; do ex-secretário de Sanidade Animal e Vegetal, dr. Gabriel, e do atual diretor, o catarinense de Itapiranga, dr. Inácio.

Quero cumprimentar o delegado do ministério da Agricultura junto à OIE, dr. Jamil, que muito tem feito e foi, nos últimos anos, um dos grandes defensores dessa conquista e dessa bandeira.

Gostaria de agradecer, dr. Francisco, pela parceria, ainda ontem comemorada no Centro Administrativo, quando, com convênios de parceria do governo do estado e do ministério da Agricultura, pudemos entregar mais 49 veículos para a Defesa da Sanidade Animal e Vegetal. Esse convênio também deu a oportunidade do equipamento dos nossos escritórios com 129 impressoras, 124 notebooks. Enfim, uma série de equipamentos que foram adquiridos graças a essa parceria. Portanto, Francisco, leve ao ministério da Agricultura o reconhecimento do governo do estado de Santa Catarina pela parceria.

Estávamos em Paris quando recebemos a confirmação, através do dr. Inácio, do pleito que entregamos há 90 dias em Brasília ao ministro Reinhold Stephanes para que tivéssemos um aporte de recursos financeiros para o trabalho de barreiras nas fronteiras com a Argentina e com os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul para o exercício de 2007. O ministério disponibilizou o valor de R\$ 1 milhão, e a nossa Cidasc está elaborando os orçamentos para podermos ter esses recursos que vão ajudar em muito o nosso trabalho.

Quero fazer um reconhecimento muito especial aos diretores da Cidasc, na pessoa do dr. Gécio, à atual diretoria, e a todos aqueles que ocuparam os cargos de presidente ou de diretor. Mas por uma questão de justiça, amigo Hamilton, o nosso reconhecimento à sua pessoa, que veio cedida pelo ministério da Agricultura, pois muito já tinha feito pela sanidade animal e vegetal no ministério da Agricultura. E nos últimos tempos, numa decisão acertada do convite feito e aceito, e pela sua experiência, ele pôde conduzir, nesse momento muito importante, com muita serenidade e sobriedade, mas, acima de tudo, com muito conhecimento, a Cidasc em Santa Catarina.

Leve do governo do estado, dr. Hamilton, este reconhecimento público pelo trabalho feito e a certeza e expectativa de que essa parceria e os préstimos da sua pessoa vão continuar conosco na agricultura, no agronegócio e na defesa da sanidade em Santa Catarina.

Nosso reconhecimento a todos os funcionários da secretaria da Agricultura. E aqui fazemos essa homenagem em nome do nosso companheiro de diretoria, o diretor de Sanidade Animal, dr. Roni Barbosa, que ao longo de muitos governos faz esse trabalho com muita dedicação e competência. Dr. Roni, em seu nome nós homenageamos aqui todos os funcionários da secretaria da Agricultura.

A nossa homenagem aos parceiros do Icasas, aqui representado pelo Catalan, e ao Sindicato da Carne. E aqui queremos homenagear todas as agroindústrias do estado, na pessoa do dr. Paulo Ernani, presidente atual do Instituto da Carne, pela parceria e pelo modelo pioneiro no Brasil. E, com certeza, se for copiado pelos demais estados da federação - e essa é a nossa torcida -, eles também conseguirão o status que Santa Catarina conseguiu.

Nós não podemos imaginar que vamos ser eternamente uma ilha com esse *status*. Nós precisamos, pelo bem do Brasil e do agronegócio, que todos os estados consigam o que Santa Catarina conseguiu e conseguiu, para que o negócio da carne passe a ser, de fato, ainda mais pujante na economia do nosso Brasil.

Nesses meses que estamos à frente da secretaria da Agricultura podemos testemunhar o sentimento e o compromisso de todos os estados da federação, dr. Hamilton. Felizmente, houve uma guinada para o lado do bem, do correto, de todos os estados, e o ministério da Agricultura elegeu a sanidade animal e vegetal como prioridade do ministério e dos estados para que o Brasil de fato possa usar esse potencial que tem, mas que está brecado, e brecado demais pelo estágio sanitário que temos.

Há poucos dias, no dia 26 de maio, após recebermos o título na presença dos deputados, Gelson Merísio e Moacir Sopelsa, representando o Parlamento, estivemos numa reunião, em Bruxelas, com representantes da União Européia. E lá, numa palestra de uma amiga do dr. Hamilton, a dra. Cristina, ela dizia aos secretários do Pará, de São Paulo e de outros estados presentes: "Se vocês querem vender produtos à União Européia, sigam o exemplo de Santa Catarina. Sem essa condição, o mercado europeu não fala de compra de carne seja suína, seja bovina".

Então, a nossa expectativa, e a parceria com os estados de que o exemplo de Santa Catarina seja copiado e seguido pelos demais estados da federação.

A nossa homenagem a todos os produtores de Santa Catarina, e aqui quero nominar o Wolmir de Souza, presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos, e em seu nome homenagear todos os produtores do estado.

Por fim, a homenagem àqueles que, com certeza, deram oportunidade de termos o privilégio de hoje vivermos este momento: os quase 1.400 funcionários da nossa Cidasc. A nossa homenagem a todos aqueles que estão hoje na atividade e àqueles também inativos ou que já partiram, como o saudoso Marcelo, que deram muito para que Santa Catarina tivesse a condição que hoje tem.

A todos os servidores, desde os mais humildes: ao barrerista, ao técnico, ao auxiliar, aos médicos veterinários mais graduados, a todos o reconhecimento não só do governo, mas, com certeza, da sociedade catarinense. O nosso muito obrigado pelo que vocês fizeram. E fica aqui o compromisso e o comprometimento de todos nós, comandados por vocês, para essa missão mais difícil, que é a de nos mantermos no pódio. Chegar ao pódio até que não é tão difícil, mas manter-se lá é muito difícil. E para que mantenhamos esse *status*, há necessidade do conhecimento, da dedicação, do envolvimento de todos os nossos amigos, funcionários da Cidasc.

Quando estivemos em Paris e depois visitando, há poucos dias - e novamente com a grata companhia dos deputados Moacir Sopelsa e Reno Caramori -, vários países do Reino Unido, pudemos perceber a repercussão na Comunidade Européia desse título de Santa Catarina. E posso testemunhar a todas as senhoras e senhores que ela foi até maior do que aqui dentro do estado de Santa Catarina. E queremos que o valor do que isso representa possa ser revertido em benefício, em renda para o nosso produtor, para o agronegócio, enfim, para todo o nosso estado.

Vou concluir, meu caro presidente, srs. deputados, senhoras e senhores convidados, dizendo que o governo do estado leva hoje, desta sessão, as mensa-

gens e a homenagem justa que queremos repartir com todo o estado de Santa Catarina, com todas as pessoas e entidades que aqui já foram mencionadas. As homenagens, sejam através da fala do presidente Plínio Smiderle, do deputado Moacir Sopelsa, ou das mensagens escritas que nós ouvimos e estamos vendo, que levaremos com muita humildade, sensibilidade e responsabilidade do governo do estado e do secretário de estado para podermos, dentro do possível, com muito companheirismo, atender os justos e merecidos anseios de toda a equipe de funcionários da nossa Cidasc.

A todos, em nome do governador Luiz Henrique da Silveira, deputado Marcos Vieira, a nossa gratidão e o nosso agradecimento. E quero dizer que tenho o privilégio, talvez imerecido, mas oportuno de viver este bom momento de Santa Catarina.

Um abraço e que Deus abençoe a todos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA

- Convido todos para, de pé, ouvirmos o hino de Santa Catarina, interpretado pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e de todos os que nos honraram com o seu comparecimento.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 118, de 01/06/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, dando atendimento à diligência constante do Processo SPE 05/04239325, do Tribunal de Contas do Estado,

RESOLVE:

Retificar a fundamentação legal estabelecida no Ato da Mesa nº 669, de 15/06/04, que concedeu aposentadoria por invalidez permanente ao servidor **BENJAMIN LINO DA SILVA FILHO**, matrícula nº 1035, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ: "artigo 40, § 1º, I e § 3º da Constituição Federal, c/c o artigo 6º da EC nº 41/2003 e, em conformidade com os artigos 107 e seguintes, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,";

LEIA-SE: "artigo 40, § 1º, inciso I e § 3º, da Constituição Federal, com a redação dada pelo artigo 1º da EC nº 20/98".

E, na parte dispositiva:

ONDE SE LÊ: "...com os proventos de lei",

LEIA-SE: "...com proventos integrais".

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 128, de 29/06/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, RESOLVE: *com fulcro no artigo 38, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,*

DESIGNAR **MARCIO FERREIRA**, matrícula nº 1903, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Contabilidade, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, **CARLOS ANTONIO DOS SANTOS**, matrícula nº 0694, a partir de 26/06/07 (Coordenadoria de Contabilidade).

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 129, de 29/06/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o Ato da Mesa nº 81, de 11 de abril de 2007, que considerou colocada à disposição do Senado Federal, a servidora **CELIA REGINA RANZOLIN**, matrícula nº 0823.

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 130, de 29/06/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar ESTÁVEL a servidora **ELIANA BARCELOS**, matrícula nº 4346, ocupante do cargo de Analista Legislativo, PL/ALE-51, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 11 de fevereiro de 2007.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de fevereiro de 2007, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Antonio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 131, de 29/06/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar ESTÁVEL a servidora **ELZAMAR ALVES DANTE**, matrícula nº 4406, ocupante do cargo de Analista Legislativo, PL/ALE-51, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 29 de abril de 2007.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de abril de 2007, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Antonio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 132, de 29/06/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar ESTÁVEL a servidora **RUBIA CARINE ESRBÓLIO**, matrícula nº 4343, ocupante do cargo de Analista Legislativo, PL/ALE-51, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 24 de fevereiro de 2007.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de fevereiro de 2007, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Antonio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 133, de 29/06/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar ESTÁVEL a servidora **SIBELLI D'AGOSTINI**, matrícula nº 4344, ocupante do cargo de Analista Legislativo, PL/ALE-51, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 11 de fevereiro de 2007.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de fevereiro de 2007, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Antonio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 134, de 29/06/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar ESTÁVEL a servidora **ANA RITA MORICONI DE SOUZA**, matrícula nº 4345, ocupante do cargo de Analista Legislativo, PL/ALE-51, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 11 de fevereiro de 2007.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de fevereiro de 2007, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Antonio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 135, de 29/06/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar ESTÁVEL a servidora **CARLA GRECO GRANATO**, matrícula nº 4349, ocupante do cargo de Analista Legislativo, PL/ALE-51, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 11 de fevereiro de 2007.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de fevereiro de 2007, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Antonio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 136, de 29/06/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar ESTÁVEL o servidor **EDUARDO DELVALHAS DOS SANTOS**, matrícula nº 4405, ocupante do cargo de Analista Legislativo, PL/ALE-51, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, em virtude do desempenho alcançado no Estágio Probatório, concluído em 28 de abril de 2007.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de abril de 2007, revogando as demais disposições em contrário.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Antonio Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 137, de 29/06/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 859/07,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003,*

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **JOAO BELARMINO DA SILVA NETO**, matrícula nº 0468, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos na forma da lei.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 138, de 29/06/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, dando atendimento à diligência constante do Processo nº SPE 05/04241737, do Tribunal de Contas do Estado

RESOLVE: *de acordo com o artigo 6º da EC nº 41/2003,*

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ao servidor **JOÃO CÂNDIDO DE ESPINDOLA**, matrícula nº 1519, no cargo de Garçon, código PL/ATM-9-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com proventos integrais, retroagindo seus efeitos desde 30 de junho de 2005 e **TORNAR SEM EFEITO** o Ato da Mesa nº 1083 de 30 de junho de 2005 e o Ato da Mesa nº 363 de 1º de novembro de 2006.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 139, de 29/06/2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 734/07,

RESOLVE: *de acordo com o artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003,*

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, à servidora **SONIA SILVA LUZ**, matrícula nº 0327, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos na forma da lei.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 0095/07

Cria a Semana de Prevenção e Combate à Doença Renal.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituída no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina a Semana de Prevenção e Combate à Doença Renal.

Parágrafo único. A Semana de Prevenção e Combate à Doença Renal deverá ser comemorada, anualmente, na semana do dia 23 de outubro, quando será comemorado o "Dia Estadual de Combate às Doenças Renais".

Art. 2º O Poder Executivo, a Secretaria de Estado da Saúde e os demais órgãos voltados à saúde no Estado, ficam encarregados de criar o programa relativo ao evento.

Art. 3º Constarão da Semana de Prevenção e Combate à Doença Renal, seminários, aulas, palestras, concursos, cartazes e outras mídias que contribuam para a divulgação dos propósitos estabelecidos por esta Lei.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de sessenta dias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 26 de junho de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 127/07

Autoriza a doação de imóvel no Município de Xaxim.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Xaxim o imóvel constituído por um terreno com área total de um mil e quinhentos metros quadrados, com benfeitorias, onde funciona uma unidade sanitária, matriculado sob o nº 634 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim e cadastrado sob o nº 02334 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por objetivo possibilitar a ampliação das instalações de unidade sanitária do Município, a ser efetuada com verbas federais que lhe foram destinadas.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionadas.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 26 de junho de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 155/07

Autoriza a doação de imóvel no Município de Sombrio.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Sombrio, o imóvel onde funciona uma unidade sanitária, constituído por um terreno com área total de um mil metros quadrados, com benfeitorias, matriculado sob o nº 17.503 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sombrio e cadastrado sob o nº 01424 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por objetivo possibilitar a ampliação das instalações de unidade sanitária do Município, a ser efetuada com verbas federais que lhe foram destinadas.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionadas.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 26 de junho de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 201/07

Dá nova redação à ementa e ao art. 1º da Lei nº 11.725, de 29 de maio de 2001.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A ementa e o art. 1º da Lei nº 11.725, de 29 de maio de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Cruz Azul no Brasil, do Município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Cruz Azul no Brasil, com sede no Município de Blumenau." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 26 de junho de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PLC/0025.5/2007

A Ementa e o *caput* do art. 1º do PLC/0025.5/2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Altera dispositivo da Lei Complementar nº 279, de 27 de dezembro de 2004, que atualiza valores dos emolumentos e custas judiciais e adota outras providências.

Art. 1º Fica alterado o art.15-A da Lei Complementar nº 279, de 27 de dezembro de 2004, alterada pela Lei Complementar nº 383, de 7 de maio de 2007, nos seguintes termos:"

Sala das Sessões, em

Deputado Romildo Titon

Relator

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 26/06/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 26/06/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 025/2007

Altera dispositivo da Lei Complementar nº 279, de 2004, que atualiza valores dos emolumentos e custas judiciais e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica alterado o art.15-A da Lei Complementar nº 279, de 27 de dezembro de 2004, alterada pela Lei Complementar nº 383, de 7 de maio de 2007, nos seguintes termos:

"Art.15-A Na lavratura da escritura pública ou compromisso de compra e venda, realizada com a participação de corretoras, deverá constar o nome completo do corretor e o respectivo número de registro junto ao Conselho Regional dos Corretores de Imóveis de Santa Catarina CRECI - SC." (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 26 de junho de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***